

**ELONIR JOSÉ SAVIAN**

**“OS MELHORES SÃO APENAS BONS PARA A INFANTARIA”:**

**HISTÓRIA DA ARMA DO COMBATE APROXIMADO  
DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1822/2021)**

**CURITIBA**

**2021**

[ejsavian@hotmail.com](mailto:ejsavian@hotmail.com)

[www.ejsavian.com.br](http://www.ejsavian.com.br)

Capa: Elonir José Savian

Imagem da capa: soldados brasileiros nos Apeninos. Arquivo Histórico do Exército.

Savian, Elonir José

S267m “Os melhores são apenas bons para a Infantaria” : história da arma do combate aproximado do Exército Brasileiro (1822-2021) / Elonir José Savian. Curitiba (PR) : edição do autor, 2021.

310f. : il. ; 21 x 29,7 cm

ISBN 978-65-00-21403-1

1. História Militar. 2. Guerras. 3. Exército. 4. Infantaria. I. Título.

CDD 350

CDU 355

*A infantaria é a arma principal. Em concerto com a artilharia ela abate o inimigo com seu fogo. Só ela pode quebrar-lhe a última resistência. Cabe-lhe a parte mais pesada do combate, caindo sobre ela os maiores sacrifícios; são por isso suas as maiores glórias. A infantaria precisa cultivar sua tendência natural para a ofensiva; sua ação deve inspirar-se num só pensamento para frente, sobre o inimigo, custe o que custar.*

**Regulamento de Exercícios para a Infantaria, 1914**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>I Da Independência até a Guerra contra Oribe e Rosas.....</b>	<b>9</b>
<b>II A Guerra da Tríplice Aliança.....</b>	<b>43</b>
<b>III Do fim da Guerra da Tríplice Aliança até os combates em Canudos.....</b>	<b>87</b>
<b>IV Do término da Guerra de Canudos até as lutas no Contestado.....</b>	<b>121</b>
<b>V Do final das lutas no Contestado até o início da II Guerra Mundial.....</b>	<b>159</b>
<b>VI A Força Expedicionária Brasileira.....</b>	<b>195</b>
<b>VII Pós-II Guerra Mundial.....</b>	<b>243</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>287</b>
<b>Referências.....</b>	<b>291</b>

## APRESENTAÇÃO

Ao longo dos séculos, o dever de sobrepujar os oponentes e a necessidade de superar as complexas vicissitudes que se poderiam encontrar nos campos de batalha, levaram os comandantes militares a constituir tropas com diferentes especialidades, destinadas a desempenhar missões específicas, tendo em vista contribuir para que determinados objetivos fossem alcançados.

O Exército Brasileiro segue tal paradigma e divide suas tropas em armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), quadros (Engenheiros Militares, Material Bélico, Auxiliar de Oficiais e Complementar de Oficiais) e serviços (Intendência, Saúde e Assistência Religiosa).

No que toca à Infantaria, suas missões básicas são executar ações ofensivas, tendo em vista capturar ou destruir o inimigo; e realizar operações defensivas, a fim de manter o terreno, e repelir ou eliminar o adversário. Para isso, os infantes são preparados para combater a pé, em todo tipo de terreno, sob quaisquer condições meteorológicas, o que não os impede de fazer uso, caso seja possível, de variados meios de transporte, como aeronaves e viaturas blindadas.

No “Estandarte de Ur”, datado de 2600-2400 a.C., podem ser visualizados infantes em marcha após campanha exitosa, portando capas, túnicas, elmos e espadas curtas. De aqueles dias para os atuais, a essência da infantaria não se alterou, apenas o aparato bélico sofreu avanços tecnológicos, o que ocasionou mudanças de condutas nos campos de batalha. Assim, os infantes do presente fazem uso de uniformes camuflados, capacetes e coletes balísticos, fuzis de assalto, sistemas integrados de comunicações, entre muitos outros instrumentos julgados imprescindíveis. Também abandonaram as formações cerradas que preponderaram durante séculos por outras que possibilitam a dispersão no terreno.

No Brasil, no Período Colonial, tropas de infantaria destacaram-se em lutas que asseguraram a Portugal o domínio de extensos territórios, em parte reivindicados por outras nações. A participação heroica das tropas de Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão, quase que exclusivamente formadas por indivíduos nascidos em solo brasileiro, na Primeira Batalha de Guararapes, durante a campanha contra os holandeses, simbolicamente representa o surgimento do Exército Brasileiro. Oficialmente, tal força e sua infantaria passaram a existir somente com a organização do Estado brasileiro, a partir da declaração de independência, em 1822.

O presente estudo visa analisar a evolução da arma de Infantaria do Exército Brasileiro, da Independência até os dias atuais. Para tanto, aborda transformações ocorridas em elementos doutrinários, a exemplo de estruturas organizacionais; formas de recrutamento e de seleção de pessoal; provisão de armamentos, equipamentos e fardamentos; modos de adestramento da tropa e de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças; e processos de combate adotados e efetivamente empregados. Também versa sobre conflitos que puseram à prova o pensamento doutrinário vigente em determinados períodos, expondo seus pontos fortes e fracos. Ainda trata do desempenho dos soldados brasileiros, particularmente dos infantes, nas campanhas examinadas.

Os capítulos da obra comportam etapas sucessivas da evolução da Infantaria. Todos foram divididos em duas partes: na primeira, versa-se sobre os elementos doutrinários supracitados; na segunda, aborda-se um conflito em que esses foram postos em evidência.

O livro compõe-se de sete capítulos, concernentes aos seguintes períodos: fase inicial do Império (1822- 1852), auge do Império (1853-1870), transição do Império para a República (1871-1897), apogeu da “República Velha” (1898-1915), declínio da “República Velha” até meados do “Período Vargas” (1916-1938), participação do Brasil na II Guerra Mundial (1939-1945), e tempos pós-II Guerra Mundial. Os conflitos analisados nessas etapas são, na ordem, a Guerra contra Oribe e Rosas, a Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, a “Revolução Constitucionalista”, a Campanha da Força Expedicionária Brasileira, e a Guerrilha do Araguaia.

A pesquisa foi embasada em vasta bibliografia, de renomados pesquisadores; diversas memórias, de proeminentes militares; larga documentação oficial, a exemplo de legislações e relatórios; dentre diversas outras fontes.

Faz-se importante alertar que exames de determinados tópicos foram sintetizados, principalmente os relacionados às técnicas militares (emprego de tropas em ações ofensivas e defensivas, por exemplo). Nesses casos, recomenda-se ao leitor que desejar aprofundar conhecimentos, consultar os documentos referenciados (muitos disponíveis na rede mundial de computadores).

Cabe-se também salientar que o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, o que se evidencia pela amplitude de sua delimitação. Busca, no entanto, além de examinar importantes elementos que delinearam a evolução da Infantaria brasileira, suscitar, em leitores/pesquisadores, o interesse por temáticas que possam ser objeto de estudos mais pormenorizados. A extensa documentação referenciada a isso presta importante auxílio.

Ainda convém ressaltar que no estudo constam variados quadros, organogramas e esboços, elaborados com o objetivo de destacar, detalhar ou facilitar a compreensão de conteúdos específicos.

*Elonir José Savian*

## PARTE I

### DA INDEPENDÊNCIA ATÉ A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS

*O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina, em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo. Por duas vezes tenho mandado socorros à província da Bahia, um de 240 homens, outro de 735, compondo um batalhão com o nome de Batalhão do Imperador: o qual em oito dias foi escolhido, se aprontou, embarcou e partiu. Além disso, foram criados um regimento de estrangeiros e um batalhão de artilharia de libertos, que em breve estarão completos. Nos arsenais do Exército tem-se trabalhado com toda a atividade, preparando-se tudo quanto tem sido preciso para defesa das diferentes províncias, e todas desde a Paraíba do Norte até Montevideú, receberam os socorros que pediram.<sup>1</sup>*

D. Pedro I, 1823

A emancipação do Brasil trouxe a seus governantes a responsabilidade de estruturar e guiar uma nação com enormes potencialidades, mas desprovida das bases necessárias para um desenvolvimento tranquilo e harmônico. Havia diversos problemas sociais, econômicos e políticos a serem resolvidos, sem falar das ameaças internas e externas à integridade e à soberania nacionais.

A população do País, em 1822, foi estimada em 4,4 milhões; por ocasião da Guerra contra Oribe e Rosas, em 1852, teria quase dobrado. A maioria dos brasileiros vivia em áreas rurais, ao longo ou nas proximidades da faixa litorânea. A sede do Império e as capitais provinciais eram os principais centros urbanos. Na década de 1820, cerca de ¼ dos habitantes estava sob o jugo da escravidão.<sup>2</sup>

Nas primeiras três décadas pós-independência, no campo social visualizava-se enorme desigualdade, pois boa parte da riqueza e o domínio político estavam sob posse de uma minoria, detentora de terras e escravos. No campo econômico verificava-se a dependência dos recursos provindos da produção de bens primários, voltados para a exportação (açúcar, algodão, café, etc.). Na esfera financeira passava-se por sérias dificuldades decorrentes de

---

<sup>1</sup> FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 8-9.

<sup>2</sup> SOUZA, Paulino José Soares. Relatório do ano de 1869, apresentado à Assembleia Geral na 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 1870, pelo ministro e secretário de estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. Anexo "D", p. 164-167. De acordo com estimativas feitas por Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, em 1819; Malte-Brun, em 1830, e Candido Baptista, em 1850.

gastos com a estruturação de órgãos e instituições próprios de um país independente, bem como das despesas resultantes de conflitos bélicos. No âmbito político, sucediam-se crises, a exemplo das que levaram à abdicação de D. Pedro I, à instalação de regências e à coroação antecipada de D. Pedro II.

Na área militar precisava-se organizar e manter forças armadas capazes de assegurar a independência e a integridade territorial. Em um primeiro momento, houve a necessidade de expulsar as forças leais a Portugal, o que resultou em campanhas nas províncias da Bahia, Cisplatina, Maranhão, Piauí e Grão-Pará. Em seguida, por quase 30 anos, foi preciso debelar revoltas que eclodiam de norte a sul, ameaçando fragmentar o País, como a Confederação do Equador (1824) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Não menos preocupantes eram os litígios na bacia do Prata, que ocasionaram as guerras da Cisplatina (1825-1828) e contra Oribe e Rosas (1851-1852). Tudo isso em meio à falta de recursos financeiros, que dificultava a organização, o preparo e o emprego de tropas.

Logo que subiu ao trono, D. Pedro I tratou de organizar corpos de tropa, tendo em vista consolidar a libertação do País. Assim, deu ordens para que fossem constituídos o Batalhão de Henriques da Corte, formado por negros forros; e o Batalhão do Imperador, integrado por oficiais e praças escolhidos dentre os melhores da guarnição do Rio de Janeiro. Também determinou a contratação de mercenários na Europa, que deram origem aos “batalhões de estrangeiros”.<sup>3</sup>

Passada a fase mais crítica, o Imperador houve por bem organizar apropriadamente os corpos de tropa, “*acabando com as formações irregulares, fragmentares e deficientes que havia*”, o que se deu via decreto de 1º de dezembro de 1824.<sup>4</sup> Ficava o Exército constituído por unidades de infantaria, cavalaria e artilharia, além de um estado-maior geral, um estado-maior e um corpo de engenheiros, perfazendo um efetivo teórico de aproximadamente 30 mil homens.<sup>5</sup>

A tropa de infantaria foi dividida em batalhões de granadeiros (Btl Gnd) e de caçadores (BC), sediados na capital do Império e em diversas províncias, conforme o Quadro I (p. 11). Tradicionalmente, os granadeiros compunham tropas de infantaria pesada, ou seja, constituídas por homens mais robustos, que atuavam em formações densas, portando armamentos mais potentes, tendo em vista, pelo fogo e choque, conquistar ou manter posições. Os caçadores formavam unidades de infantaria leve (ou ligeira), integradas por homens mais ágeis, que combatiam de forma dispersa fazendo uso de armamentos menos potentes, com o objetivo de fustigar com seus fogos o inimigo, em preparação para a ação da infantaria pesada. O efetivo previsto para tais unidades e o realmente existente, no ano de 1829, encontram-se no Quadro II (p. 11).

---

<sup>3</sup> BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p. 42-45.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>5</sup> MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 249.

QUADRO I - UNIDADES DE INFANTARIA DE 1ª LINHA E SUAS SEDES, 1824<sup>6</sup>

SEDE	UNIDADES	SEDE	UNIDADES
Corte	BC do Imperador; 1º Btl Gnd, 2º Btl Gnd e 3º Btl Gnd; e 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 26º e 27º BCs	Recife	17º e 18º BCs
São Paulo	7º BC	Paraíba	19º BC
Desterro	8º BC	Oeiras	20º BC
Porto Alegre	9º BC	Natal	21º BC
Montevideú	10º e 11º BCs	Fortaleza	22º BC
Vitória	12º BC	São Luís	23º BC
Cidade da Bahia	13º, 14º e 15º BCs	Belém	24º e 25º BCs
Alagoas	16º BC	-	-

Obs.: 1) o 2º Btl Gnd, o 3º Btl Gnd, o 26º BC e o 27º BC eram formados por estrangeiros; 2) eram previstas unidades de infantaria de 2ª linha (tropas de milícias).

QUADRO II - EFETIVOS PREVISTOS E EXISTENTES DOS BATALHÕES DE GRANADEIROS E DE CAÇADORES, JANEIRO DE 1829.<sup>7</sup>

UNIDADES/SUBUNIDADES	BTL GND		BC	
	Previsão	Existência	Previsão	Existência
Batalhões Existentes	3	3	31	31
Número de Companhias	18	18	170	170
<b>MILITARES</b>	<b>EFETIVOS</b>			
Oficiais Superiores	6	5	57	57
Estado-Menor	87	71	703	652
Oficiais de Companhia	54	54	516	605
Oficiais Inferiores (sargentos e furriéis)	72	63	673	692
Cornetas e Tambores	48	40	334	290
Cabos, Anspeçadas e Soldados	1.890	1.169	17.673	12.397
Efetivo Total	2.157	1.402	19.956	14.693

A estrutura dos batalhões era a seguinte: comando, exercido por um coronel ou tenente-coronel (diretamente assessorado por um major fiscal); estado-maior, destinado a assessorar o comandante; estado-menor, dedicado a auxiliar os oficiais do estado-maior; e companhias, elementos de combate. As companhias, comandadas por capitães, eram constituídas por pelotões, que tinham à frente tenentes ou alferes.<sup>8</sup> Os pelotões, para fins de treinamento, formatura ou combate, poderiam ser fracionados em “subdivisões”, “seções” e “esquadras”. Sargentos, cabos e anspeçadas auxiliavam os oficiais.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> 1) BRASIL. Decreto de 1º de dezembro de 1824. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Catálogo de destino dos acervos das organizações militares do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 2019.

<sup>7</sup> VALENTE, Thomaz Joaquim Pereira. Relatório do ano de 1829, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1830, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, [1830?]. p. 8. Nesse documento consta equivocadamente que o efetivo total de cabos, anspeçadas e soldados, dos batalhões de granadeiros, era de 1.809. Não há menção sobre oficiais componentes do estado-maior.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto nº 301, de 27 de maio de 1843.

<sup>9</sup> BERESFORD, William Carr. (Marquês de Campo Maior). **Regulamento para Instruções e Disciplina dos Corpos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima**. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820. p. 76, passim.

## QUADRO V - UNIFORMES DA INFANTARIA

### GRANADEIROS E CAÇADORES, DÉCADA DE 1820



Da esquerda para a direita: soldado e alferes (granadeiros), tenente-coronel e soldado (caçadores), todos em grande gala.<sup>41</sup>

Em 1823, os granadeiros usavam barretina afunilada, jaqueta azul, calças brancas ou azuis, polainas, sapatos, alamares, dragonas e correames brancos (uniforme de gala). Os caçadores faziam uso de indumentária semelhante, com alterações nas cores dos correames (pretos) e penachos. Os oficiais dos batalhões de caçadores não usavam dragonas e se distinguiam pelos galões do punho.<sup>42</sup>

### FUZILEIROS E CAÇADORES, DÉCADA DE 1850



Da esquerda para a direita: a) fuzileiros: capitão (grande uniforme) e dois alferes (um em grande e o outro em pequeno uniforme); b) caçadores: capitão (grande uniforme) e dois alferes (um em pequeno e o outro em grande uniforme).<sup>43</sup>

Em 1852, os infantess dispunham do grande uniforme (de gala) e do pequeno uniforme (de rotina). O primeiro era similar ao de 1823, o segundo diferenciava-se do primeiro, principalmente, pela substituição da barretina por *bonet* e da jaqueta por sobrecasaca. Os fuzileiros usavam fardas azul-ferrete; os caçadores, verde-escuras.<sup>44</sup> Além da cor de suas fardas, fuzileiros e caçadores também se distinguiam pelo emblema em suas barretinas, na devida ordem, escudo das armas imperiais e cruz de malta; e ainda pela cor dos penachos: encarnada e branca para os primeiros, verde-escura para os segundos.<sup>45</sup> Os batalhões, tanto de fuzileiros como de caçadores, distinguiam-se, entre si, por numeração colada na barretina/*bonet* e pelas cores das golas e canhões.<sup>46</sup>

<sup>41</sup> BARROSO, Gustavo (org.). **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Aquarelas e documentação de J. Easth Rodrigues. Publicação Oficial do Ministro da Guerra comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud, F. Ferroud, 1922. p. 89, estampas n° 44 e 41.

<sup>42</sup> BARROSO, 2000, passim.

<sup>43</sup> BARROSO, 1922, p. 92, estampas n° 72 e 75.

<sup>44</sup> 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto n° 1.029, de 7 de agosto de 1852.

<sup>45</sup> 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto n° 1.029, de 7 de agosto de 1852.

<sup>46</sup> 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto n° 1.029, de 7 de agosto de 1852.

## QUADRO VI - ARMAMENTOS UTILIZADOS PELA INFANTARIA – 1822/1852

### FUZIL DE PEDERNEIRA<sup>47</sup>



As armas de pederneira surgiram na Europa, na segunda metade do século XVII. Para nelas efetuar o tiro, inicialmente era feito carregamento antecarga, ou seja, introduzia-se no cano, pela “boca”, a pólvora, o projétil e a bucha, que vinham juntos em um “cartucho”. Em seguida, esses eram socados usando-se uma vareta. Depois, colocava-se uma porção de pólvora em uma escorva. Por fim, feita a pontaria, acionava-se o gatilho, que liberava o cão, no qual se encontrava fixada uma pederneira. Esta ação fazia com que a pederneira se chocasse com uma parte metálica denominada “fuzil”. Disso resultavam faíscas que atingiam a escorva, que por sua vez fazia detonar a carga principal, deflagrando o disparo. Os projéteis eram esféricos e podiam chegar até a distância de 200 metros, embora só causassem danos sérios até cerca de 50 metros. Soldados bens adestrados realizavam dois a três disparos por minuto.<sup>48</sup>

### FUZIL DE FULMINATO<sup>49</sup>



Nas armas de fulminato utilizava-se cápsula de percussão (espoleta) como elemento de iniciação da queima da pólvora. Mais confiáveis e práticas se comparadas com as de pederneira, passaram a ser rapidamente adotadas a partir da década de 1830. A espoleta era de fulminato de mercúrio, um explosivo muito sensível à fricção e ao impacto. Para realizar o disparo, o atirador colocava a espoleta no “ouvido” da arma. Dessa forma, a espoleta passava a ter comunicação com a pólvora. Acionado o gatilho, o cão chocava-se com a espoleta, provocando uma pequena explosão que, por sua vez, detonava a pólvora, fazendo com que o projétil fosse expelido do cano. O carregamento da arma continuava a ser antecarga.<sup>50</sup>

### BAIONETA TRIANGULAR E IATAGÃ<sup>51</sup>



A baioneta surgiu na França, em meados do século XVII. Inicialmente consistia de um pequeno sabre que era colocado na “boca” do cano do fuzil. Mais tarde surgiram diferentes modelos, entre as quais as de alvado, que podiam ser acopladas ao cano sem impedir o disparo. A junção dela ao fuzil possibilitou aos soldados contar com um armamento que oferecia, ao mesmo tempo, poder de fogo e de choque. O iatagã era uma espada curta e curva, adaptada para ser usada como baioneta.<sup>52</sup>

<sup>47</sup> 1) ACCESS HERITAGE. *Site*. 2) GASSEN. CURSOS DE ARMAMENTO E TIRO. *Site*.

<sup>48</sup> LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015. p. 140.

<sup>49</sup> MUZZLE-LOADER. *Site*.

<sup>50</sup> LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.

<sup>51</sup> 1) UNION DRUMMER BOY. *Site*. 2) REBEL GUN WORKS. *Site*.

<sup>52</sup> LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 140.

Prossegue:

*Para contornar este óbice, o Exército lançava mão do antigo sistema de formação de oficial, no qual o militar incorporava em uma unidade e galgava os postos tendo, como referência a sua participação em campanhas militares ou seus vínculos familiares e sociais. Dessa forma, a formação do oficial, nesses primeiros quarenta anos de ensino militar, seria constituída de dois campos, sem nenhuma vinculação entre si. De um lado, o ensino formal, ministrado na Academia em forma de aulas, com preleção e livros sobre as ciências matemáticas e a teoria da guerra sobre batalhas e processos de combates vividos na Europa. Do outro, a formação fazia-se com a participação nas guerras, nos combates dos diversos conflitos que ocorriam de norte a sul do Império. A realidade do armamento, do soldado, das marchas e dos acampamentos eram os instrumentos de aprendizado, e as "cicatrizes" dos combates afiançavam a promoção ao oficialato. A consequência desses fatos foi o aparecimento de dois tipos de oficiais no Exército: o oficial acadêmico, conhecedor de teorias, egresso da Academia Militar, mas sem vivência profissional na caserna; e o oficial tarimbeiro, formado na prática dos quartéis, egresso dos campos de batalha, mas com pouca instrução escolar.<sup>55</sup>*

O ensino teórico que então predominava na Escola Militar,<sup>56</sup> localizada no Largo de São Francisco, era fruto de seus propósitos, concebidos, em 1811, pelo ministro da Guerra D. Rodrigo Coutinho, ou seja, ser “*um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia*”. Daí o pensamento de em uma mesma escola ensinar técnicas para fins militares e civis, estas destinadas à construção de estradas, portos, canais, etc.<sup>57</sup>

Em 1830, o ministro da Guerra, Pereira Valente, apontava:

*[... ] a necessidade, que existe, de se dar outra organização a este Estabelecimento, correspondente ao título e fins da sua instituição, [...]; parece indispensável, que além da instrução científica, seja ali ao mesmo tempo a escola do regime militar, onde se aprenda as principais virtudes, que devem possuir aqueles, que, dedicando-se a tão nobre profissão, tem um dia de servir de exemplo, e guia, na heroica carreira das Armas.<sup>58</sup>*

Não obstante, pelo currículo de 1842, predominavam disciplinas que pouco ou nada versavam sobre atividades militares, a exemplo de Física Experimental, Trigonometria Esférica, e Mecânica Racional e Aplicada. Previa-se o ensino de Tática, Estratégia, e Ataque e Defesa de Praças, mas isso se dava somente de forma teórica.<sup>59</sup>

Ademais, o tempo de formação dos oficiais era distinto, menor para infantes e cavalarianos, maior para artilheiros e engenheiros. Entendia-se que os primeiros apenas necessitavam de “*conhecimentos elementares de Matemática e de técnica profissional*”, já para

---

<sup>55</sup> MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da formação militar: escolas e reformas no ensino do EB. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 330.

<sup>56</sup> Inicialmente foi denominada Real Academia Militar; com a Independência, Imperial Academia Militar; após a abdicação de D. Pedro I, Academia Militar da Corte; e, em 1839, Escola Militar. Conforme: ACADEMIA Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: Ipsis, 2011. p. 36-37.

<sup>57</sup> MOTTA, 1998, p. 21.

<sup>58</sup> VALENTE, [1830?], p. 17.

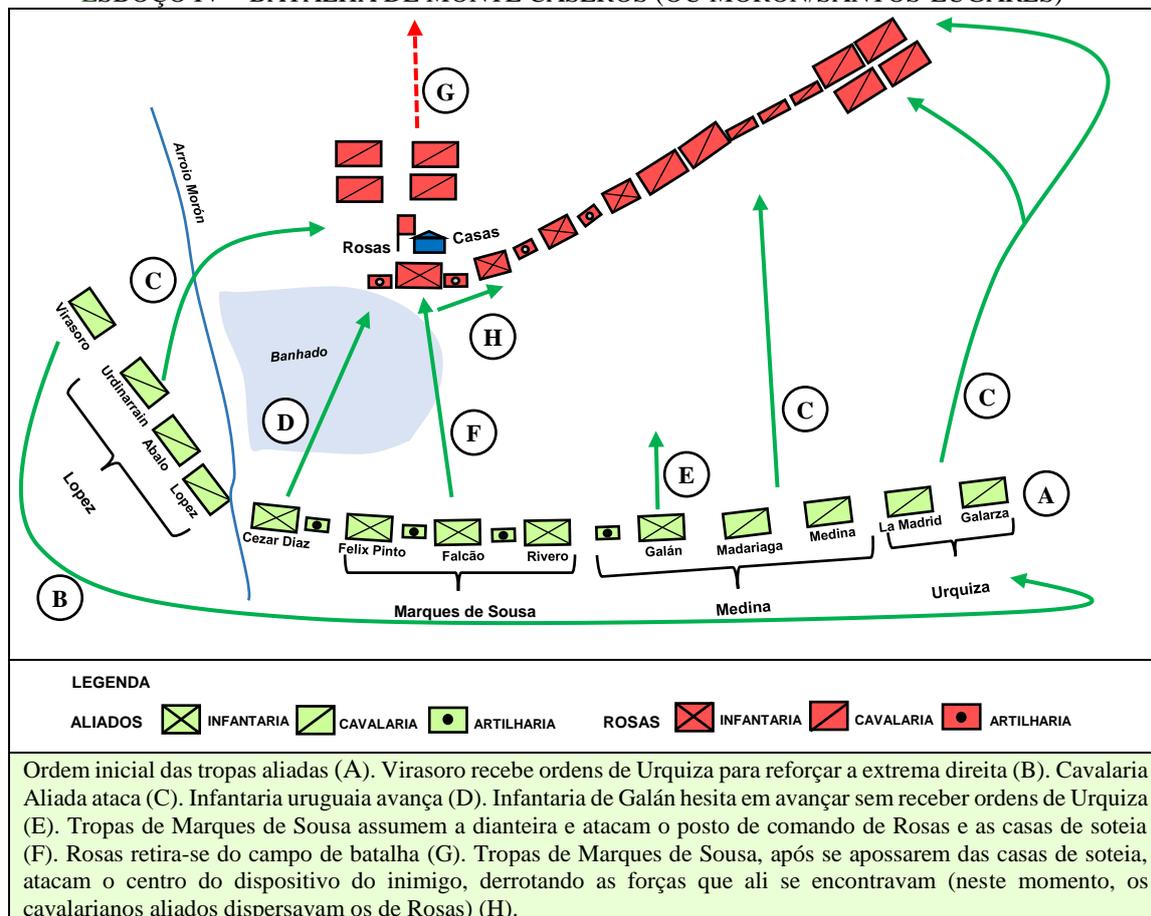
<sup>59</sup> MOTTA, 1998, Quadro nº 1, Evolução curricular entre 1832 e 1850.

Consolidada a conquista da posição, a infantaria brasileira convergiu para o centro do campo de batalha, desmantelando posições de artilharia. Entrementes, os batalhões portenhos postos a comando de Marques de Sousa, se haviam apossado de parte do centro da linha inimiga, pondo em fuga os que a defendiam. Em desacordo com o previsto, a infantaria de Galán não avançou, o que na parte inicial do combate deixou perigosamente exposto o flanco direito das tropas comandadas por Marques de Sousa.<sup>115</sup>

Por volta das 13h, a batalha havia terminado. As tropas de Urquiza e Urdirarrain, que atacaram os flancos e a retaguarda, também obtiveram sucesso, obrigando os oponentes a abandonar a área de combate.<sup>116</sup>

As baixas aliadas foram por volta de quatrocentas. As das forças de Rosas, cerca de quatro vezes mais. Além disso, os aliados fizeram aproximadamente sete mil prisioneiros, e capturaram numerosa cavalaria e quase todo o material bélico que dispunha o inimigo.<sup>117</sup> O restante das tropas de Rosas se dispersou e os que se rendiam preferiam fazê-lo aos “com calças” (os brasileiros), pois temiam represálias dos seus conterrâneos, que usavam chiripá.<sup>118</sup>

ESBOÇO IV – BATALHA DE MONTE CASEROS (OU MORÓN/SANTOS-LUGARES)<sup>119</sup>



<sup>115</sup> 1) TITÁRA, 1852, p. 168-178. 2) BARROSO, v.1, 2009, p. 181-185.

<sup>116</sup> TITÁRA, 1852, p. 168-170.

<sup>117</sup> 1) TITÁRA, 1852, p. 177. 2) CUESTAS, Juan Lindolfo. *Páginas sueltas*. Tomo II. Montevideo: Dornaleche y Reyes, 1898. p. 33.

<sup>118</sup> TITÁRA, 1852, p. 177-178.

<sup>119</sup> 1) TITÁRA, 1852, p. 163. 2) ALENCASTRO, Antonio Pedro de. Plano de Batalha de Morón. Desenho a nanquim. 1852. Acervo da Biblioteca Nacional. Há divergências entre as fontes consultadas.

## PARTE II

### A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

*O presidente da República do Paraguai, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro “Marquês de Olinda”, que à sombra da paz se dirigia para Mato Grosso, e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois, por um modo inaudito, a mesma província de Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajadas, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do Exército e da Armada para a guerra a que fomos provocados por aquela República. Apelando para os sentimentos da nação, tem ele sido correspondido da maneira a mais nobre e a mais digna; de todos os ângulos do Império surgem voluntários para defender a honra da sua pátria. A justiça da causa, o patriotismo da nação e o valor de nossos soldados afiançam-nos o mais completo triunfo.*<sup>123</sup>

D. Pedro II, 1865

Os acordos diplomáticos decorrentes da Guerra contra Oribe e Rosas fizeram arrefecer temporariamente as tensões na bacia do Prata. Todavia, em meados da década de 1860, o Império foi levado a intervir novamente no Uruguai, o que, inesperadamente, o lançou a uma guerra contra o Paraguai.

Para fazer frente ao repentino conflito, o governo imperial apressadamente iniciou a maior mobilização militar da história do País. Houve, de imediato, o recrutamento de milhares de homens para aumentar os quadros do Exército, que eram diminutos para fazer frente aos desafios que se apresentavam.

O efetivo do Exército, para o ano financeiro de 1864/1865, às vésperas do conflito, havia sido fixado em 18 mil praças, em circunstâncias ordinárias, e 24 mil, em casos extraordinários.<sup>124</sup> Acerca disso, o ministro da Guerra, Visconde de Camamu, manifestou-se:

---

<sup>123</sup> FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 602-603.

<sup>124</sup> Lei nº 1.220, de 20 de julho de 1864.

O recrutamento para os corpos de tropa foi feito de acordo com as legislações em vigor e por outras com urgência criadas. De imediato, foram incorporados milhares de guardas nacionais, o que já era previsto em lei.

Novidade foi a criação dos batalhões de voluntários da Pátria (BVP), para reforçar as tropas de linha. Neles poderiam se alistar cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos (inclusive guardas nacionais), que receberiam, em contrapartida, diversas vantagens, entre as quais: soldo superior ao dos voluntários incorporados nos corpos de tropa do Exército, baixa assegurada ao fim do conflito, gratificação extra e recebimento de um lote de terras em colônias militares ou agrícolas quando fossem dispensados do serviço, pensão para a família em caso de morte em campanha, e isenção de servir no Exército, Marinha e Guarda Nacional.<sup>129</sup>

No início da guerra, milhares de voluntários apresentaram-se, motivados pela indignação de verem a Pátria ser invadida. Porém, ao longo dos anos, o entusiasmo arrefeceu e outras medidas foram tomadas para completar os contingentes. Por meio de uma delas, de novembro de 1866, ordenou-se que aos escravos em condições de servir ao Exército se concedesse gratuitamente a liberdade, desde que fossem empregados naquele serviço (sendo casados, o benefício deveria ser estendido para as suas esposas). Por outro lado, em setembro do ano anterior, havia sido reafirmada a prática de isentar do recrutamento quem apresentasse um substituto, desde que o substituído exercesse atividade de interesse do Estado.<sup>130</sup>

De qualquer forma, partiram paulatinamente da Corte e das províncias, para guerra, 91.218 homens, que se juntaram aos que já estavam no sul no início de 1865 (quadro abaixo).

QUADRO XIII – SOLDADOS QUE SEGUIRAM DA CORTE E PROVÍNCIAS PARA O PARAGUAI<sup>131</sup>

	Voluntários da Pátria	Guardas Nacionais	Voluntários e Recrutadas	Libertos	Substitutos (Libertos)	Substitutos
Alagoas	1.041	787	791	36	-	1
Amazonas	247	309	167	1	-	-
Bahia	7.764	5.312	1.861	272	-	18
Ceará	1.412	3.096	1.019	119	2	-
Corte	6.234	1.851	1.170	1.958	238	16
Espírito Santo	341	285	324	11	-	5
Goiás	-	424	118	-	-	-
Maranhão	1.509	1.787	1.083	156	1	-
Mato Grosso	1.417	1.843	38	-	-	-
Minas Gerais	894	1.768	1.366	18	13	11
Pará	1.461	1.440	861	33	32	-
Paraíba	984	599	820	50	1	-
Paraná	480	1.296	230	4	11	1
Pernambuco	4.158	1.104	1.734	85	55	-
Piauí	960	1.134	446	165	-	-
Rio G. do Norte	542	348	419	2	-	-
Rio G. do Sul	460	3.387	279	52	305	-
Rio de Janeiro	3.585	2.315	1.615	1	199	136
Santa Catarina	969	264	180	1	24	99
São Paulo	2.271	1.125	2.553	51	61	443
Sergipe	1.099	724	391	40	-	-
Total	37.828	31.198	17.465	3.055	942	730

<sup>129</sup> 1) BRASIL. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. 2) BRASIL. Decreto nº 3.725, de 6 de novembro de 1866.

<sup>130</sup> BRASIL. Decreto nº 3.513, de 12 de setembro de 1865.

<sup>131</sup> Conforme dados de João Nogueira Jaguaribe. Apud FRAGOSO, v.5, 2009, p. 236-241.

Dessarte, novas compras foram feitas e as armas do tipo *Minié* dotaram quase todo o Exército na longa guerra que tomava forma. Não obstante, em pequena escala e por curto período, parte da infantaria também usou o fuzil *Dreyse* (vide características no quadro abaixo).<sup>136</sup> Cabe-se destacar que foram feitos estudos para a adoção de outros modelos de fuzis. Chegaram a ser adquiridos cinco mil *Roberts*, que não foram distribuídos à tropa por terem apresentado defeitos, dentre os quais a imperfeição dos cartuchos metálicos.<sup>137</sup> No conflito, foram enviados aos soldados brasileiros pelo menos 53 mil fuzis/carabinas.<sup>138</sup>

#### QUADRO XV - ARMAS USADAS PELA INFANTARIA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

<p>CARABINA <i>MINIÉ</i><sup>139</sup></p> 	
<p>As armas tipo <i>Minié</i> diferenciavam das anteriores por terem cano raiado e projétil cilíndrico/ogival. Os armeiros, desde o início do século XIX, sabiam que canos com alma raiada davam mais precisão e alcance às armas, porém os processos para encaixar os projéteis nas raias eram complicados. Todavia, em 1849, o oficial francês Claude-Étienne Minié desenvolveu um novo projétil, dotado de uma cavidade cônica na sua base, com um pequeno copo de cobre. A carga, ao explodir, lançava o copo para dentro da cavidade cônica, fazendo com que a parte detrás do projétil se expandisse, encaixando-se nas raias. Isso impedia o escape de gases, o que aumentava a força que expelia o projétil e conseqüentemente seu alcance, além de fazê-lo girar, dando-lhe mais precisão. Assim, o alcance das armas, que era de cerca de 200 metros nas armas com cano de alma lisa e projétil esférico, com o sistema <i>Minié</i> passou para aproximadamente mil. Os dispositivos de pontaria também foram aperfeiçoados. Tudo isso deixava as armas do tipo <i>Minié</i> muito mais letais em relação às predecessoras. O carregamento, porém, continuava a ser antecarga.</p>	
<p>FUZIL <i>DREYSE</i><sup>140</sup></p> 	
<p>O fuzil <i>Dreyse</i>, conhecido como “fuzil de agulha”, era de retrocarga. Para prepará-lo para o disparo, por meio de uma alavanca, puxava-se o ferrolho para a retaguarda, o que abria a culatra. Era, então, introduzido na arma um cartucho de papel, em cujo interior se encontravam a carga de pólvora, a espoleta e o projétil. Acionando-se o gatilho, era liberado um percussor (na forma de uma agulha), que perfurava o cartucho de papel, atravessava a carga de pólvora e atingia a espoleta. Isso provocava a detonação, que expelia o projétil (esperava-se que o papel do cartucho se desintegrasse por ocasião do disparo). As vantagens desse armamento eram sua cadência de tiro (seis a doze por minuto), superior à dos fuzis antecarga (dois a três por minuto), e a possibilidade do atirador poder facilmente preparar o tiro estando deitado, não ficando, dessa forma, totalmente exposto aos fogos do inimigo. O <i>Dreyse</i>, porém, tinha sérias limitações: seu alcance útil, 400 metros, era inferior ao das armas <i>Minié</i>; resíduos do papel do cartucho causavam frequentes falhas no mecanismo de disparo; o percussor frequentemente quebrava; e o escape de gases resultante da deflagração do tiro, por vezes, feria o atirador.</p>	

<sup>136</sup> BARROSO, 2000, p. 102.

<sup>137</sup> FRAGOSO, v.5, 2009, p. 290-291.

<sup>138</sup> Ibid., p. 243.

<sup>139</sup> 1) HERITAGE AUCTIONS. *Site*. (Arma completa). 2) JOE SALTER *Site*. (Parte da arma). 3) CLUB CONFÉDÉRÉ ET FÉDÉRAL DE FRANCE. *Site*. (Cartucho). 4) ARMURERIE GUNS & CO. *Site*. (Projétil). 5) LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.

<sup>140</sup> 1) WIKIWAND. Dreyse needle gun. *Site*. (Arma completa). 2) ARMAS, MUNIÇÕES E ACESSÓRIOS. História do cartucho metálico. *Blog*. (Parte da arma e cartucho). 3) LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.

Na realidade, no começo da luta, faltavam materiais de toda ordem e recorria-se a improvisações. Antônio de Lima Fernandes, que, sob comando de David Canabarro, tentou barrar o avanço dos paraguaios em território gaúcho, relatou:

*Na 1ª Divisão, por pouco tempo, e em maior escala e mais tempo na 2ª, eram extraordinárias as privações e misérias que passava a tropa. Não tinham mais que a pura carne, magra e cansada, e muitas vezes esta mesma faltou. Completamente nus, sem soldo, há muitos meses, abatidos pela fome, mortos de fadiga, sem abarracamento e expostos ao tempo no rigor do inverno, os soldados começaram desde logo a povoar os hospitais, que nunca passaram de improvisadas enfermarias, onde tudo faltava, tudo era perfeitamente caos; faleceram muitas praças, inclusive alguns oficiais.<sup>145</sup>*

Diante da difícil situação, emergencialmente foram adquiridos uniformes em outros países, que não seguiam os padrões nacionais. Gastão de Orléans, conde d'Eu, genro de D. Pedro II, descreveu as variações de fardamento, em 11 de setembro de 1865, em Uruguaiana, poucos dias antes da rendição dos paraguaios que lá estavam:

*O mais brilhante [batalhão] era o 5º (da província do Rio de Janeiro); usava fardas verdes, ao passo que o resto da infantaria levava blusa de flanela encarnada, que não favorece o aspecto militar da tropa. [Sobre a 2ª Divisão] tem essa tropa singular aspecto; quase nunca traz uniforme; o poncho é o único distintivo comum a todos os corpos; o chapéu, de qualquer feitio, tem uma fita encarnada com uma inscrição patriótica ou o nome do município. Seu traje deixa a desejar, ao menos estão bem armados, cada homem tem uma lança ou uma clavina, um sabre e uma pistola, sem contar o laço e, sobretudo, as bolas, que em suas mãos exercitadas se podem converter, se preciso for, em arma terrível. Na divisão de Canabarro havia esquadrões bem vestidos, com boas fardas de pano azul, e outros que não tinham uniforme. [A 1ª Companhia de Zuavos era] a mais linda tropa do Exército Brasileiro.<sup>146</sup>*

Com o passar do tempo, buscou-se padronizar as vestimentas da tropa. Em fevereiro de 1866, o plano de uniformes de 1852 sofreu alterações (vide Quadro XVII, p. 51).<sup>147</sup> Segundo Gustavo Barroso, o fardamento do Exército “sentiu de modo definitivo a influência francesa, que já se acentuava na pomposa indumentária de 1850 e 1860”. Ele também observa que, em razão da dificuldade de fornecimentos regulares e da longa duração do conflito, houve grande confusão: “soldados andavam descalços, de alpercatas, de coturnos, de chapéu de feltro ou pano, de gorro, de quepe de capa branca argelina ou sem ela”.<sup>148</sup>

De todo modo, durante a guerra, a tropa brasileira foi suprida com 434.564 blusas (de pano, brim ou baeta), 623.425 calças (de pano ou brim), 253.017 bonés e 433.693 pares de sapatos ou coturnos, dentre muitas outras peças.<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> Apud. FRAGOSO, v.2, 2009, p. 138.

<sup>146</sup> Ibid., p. 217.

<sup>147</sup> BRASIL. Decreto nº 3.260, de 28 de fevereiro de 1866.

<sup>148</sup> BARROSO, 2000, p. 73-74.

<sup>149</sup> FRAGOSO, v.5, 2009, p. 253.



Da esquerda para a direita: coronel, capitão, alferes, tambor e soldado, todos em pequeno uniforme.



Da esquerda para a direita: alferes (uniforme de meia-marcha), coronel e soldados (todos em pequeno uniforme).

Em 1866 buscou-se padronizar o fardamento dos infantess, sendo a cor predominante a azul-ferrete. Embora todos os batalhões fossem considerados, para fins de emprego, como de infantaria, previu-se diferenciar os que originalmente eram unidades de fuzileiros dos que antes eram de caçadores. Assim, como exemplo, restringindo aos praças, os *bonets* dos fuzileiros tinham vivos e borlas encarnados, e uma estrela amarela na frente; os dos caçadores, vivos amarelos, borlas pretas e uma corneta amarela na frente. Os batalhões, entre si, diferenciavam-se pela numeração constante em seus *bonets*.

Além de equipar, precisava-se instruir à tropa.

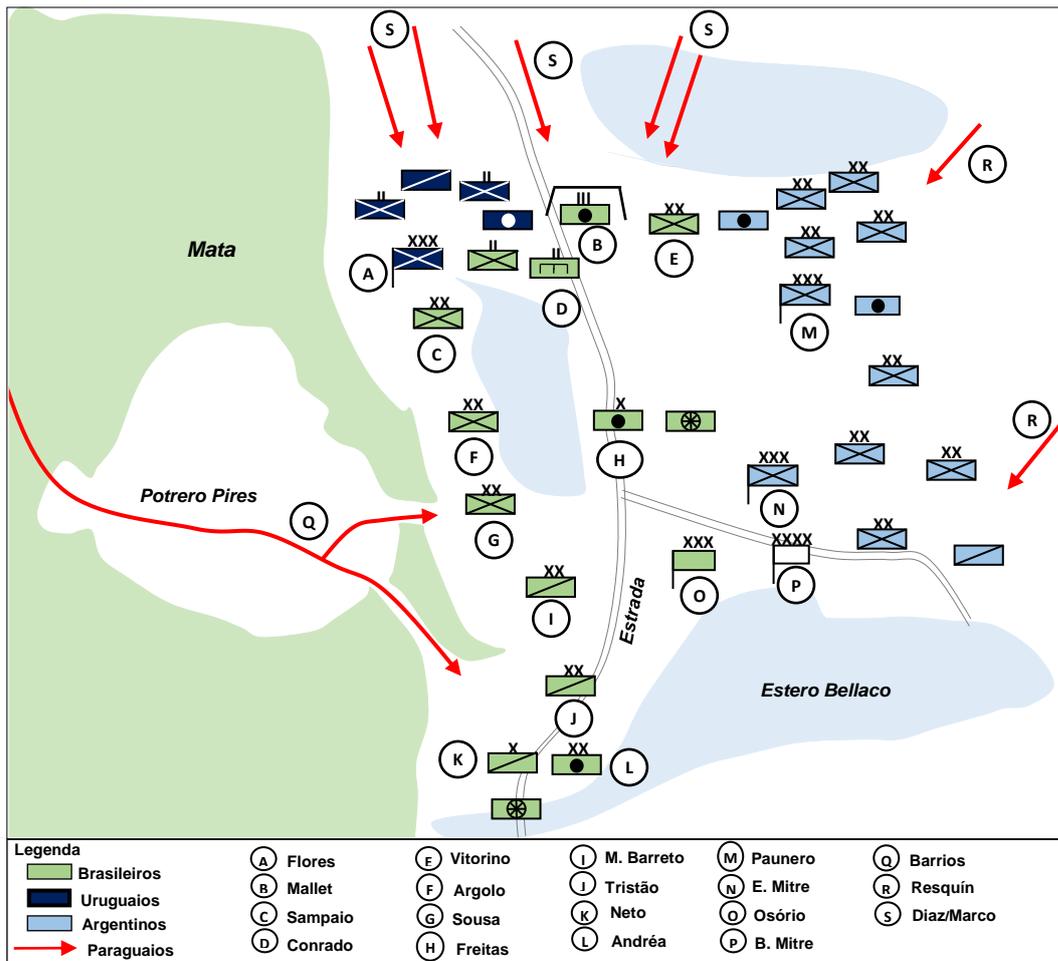
Em relação à formação dos oficiais, anos antes do conflito ocorreram reformas que levaram os alunos a frequentar duas escolas. Deveras, em 1860, havia a Escola Central, no Largo de São Francisco, voltada para o ensino científico; e a Escola Militar, na Praia Vermelha, direcionada para a instrução profissional e prática. Nesta, previa-se regime de internato, disciplina rigorosa, formaturas, marchas, acampamentos e manejo de armas, o que somente em parte se realizava.<sup>151</sup> Jehovah Motta comenta sobre o ensino na Escola Militar:

*Os relatórios do diretor da Escola, general Polidoro, nos dão conta do que foi esse “ensino prático”, que não ocorreu tão bem quanto imaginaram os seus idealizadores, mas que de qualquer forma, significou um grande avanço em relação ao pouco ou nada que se fizera até então. Em 1861, falando dos trabalhos realizados no ano anterior, diz aquele general que a instrução de infantaria “estendeu-se desde o manejo desta Arma, pesada e ligeira, e dos movimentos especiais da escola de pelotão, até as manobras gerais de batalhão, e ao tiro ao alvo com espingardas ‘à tige’ e do sistema ‘Minié’”.*<sup>152</sup>

<sup>150</sup> 1) BARROSO, 1922, p. 97, estampas nº 114 e 115. 2) BRASIL. Decreto nº 3.260, de 28 de fevereiro de 1866.

<sup>151</sup> MACHADO, 2015, p. 332.

<sup>152</sup> 1) MOTTA, 1998, p. 116. 2) As armas *à tige*, assim como as *Minié*, tinham canos raiados, mas possuíam mecanismos complicados para forçar o encaixamento dos projéteis nas raia.



Após cerca de cinco horas, sob coordenação de Osório, forças brasileiras repeliram os ataques de Diaz, bem como os de Marco e Barrios, que haviam investido em outros setores. Os argentinos igualmente derrotaram o assalto de Resquín.

Sampaio fora ferido três vezes. Faleceria em 6 de julho de 1866, no navio-hospital Eponina, nas proximidades de Buenos Aires. O jornal *La Nación* noticiou:

*Diremos de passagem que esse chefe é um dos homens mais valentes que se podem encontrar, foi seu desmedido valor que de soldado o levou a general, sendo hoje ainda moço. Na batalha de 24 de maio, o brigadeiro Sampaio com sua brilhante divisão, chamada “Encouraçada”, por compor-se das melhores tropas brasileiras, foi a que aguentou o inimigo, e no meio do fogo infernal, viu-se o brigadeiro Sampaio a cavalo dirigindo ousadamente suas manobras. Foi ferido, e momentos depois morto o seu cavalo. Então a pé, continuou, com espada em punho, a dirigir as suas forças. Vendo cair ferido o comandante do heroico 4º Batalhão de Voluntários, vários oficiais e a metade dos soldados dessa unidade, compreendendo que esse batalhão era a chave desse círculo de baionetas, colocou-se à frente do mesmo com o que, por tal forma o animou, fazendo o 4º Corpo se fizesse dizimar pelo inimigo, mas sempre mantendo a sua posição. Foi nessa ocasião que o general Sampaio, sendo novamente ferido, caiu nos braços de seus soldados e foi conduzido exangue ao seu quartel-general.*<sup>214</sup>

<sup>213</sup> Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

<sup>214</sup> Apud DUARTE, 1988, p. 284.

A batalha custara caro aos contendores.<sup>215</sup> Os aliados, além das baixas, passaram a se ressentir da falta de suprimentos, meios de transporte e cavalaria. López buscou reestruturar seu exército e, para ganhar tempo, o entrincheirou nas rotas que demandavam a Humaitá.<sup>216</sup>

Dessarte, as operações estagnaram. Os aliados também se entrincheiraram e muito penaram enquanto aguardavam ordens para voltar à ofensiva. Rodrigues da Silva, comenta:

*Devido à ausência de cavalaria própria e de recursos de ordem imprescindível à mobilização pronta do Exército, nem mais um passo adiante foi permitido dar, ulteriormente ao gigantesco sucesso [vitória em Tuiuti]. Preparou-se, varreu-se a arena assinalada de Tuiuti, estabeleceu-se a mortífera “linha negra” – e invernamos debaixo de incessante bombardeio do inimigo, afinal de contas, sem maior moça moral à força do hábito, que transforma o organismo. [...]. Começando a grassar a disenteria, de modo assustador, e, atribuindo-se ao fato da distribuição da carne no momento de abatido o gado, este serviço passou a ser feito com antecedência de 12 horas, cessando o mal em erupção, para reaparecer mais tarde, transformando em cólera morbo asiático, bexiga pele de lixa, tifo e sarampo, tudo a um tempo. Esta ocorrência fúnebre, porém, em nada desmereceu o tom alegre dos acampamentos, sempre recrudescente, na razão direta das contrariedades emergentes do oceano de lutas em que nos víamos mergulhados. É um caso impressionante, o estoicismo daquela época. Ninguém se apavorava da incongruência da sorte, desferindo os seus lances funestos. A terrível “linha negra” – vamos tentar descrevê-la – situava-se na mata cerrada, com pequenas soluções de continuidade em partes baixas e altas, depressões sensíveis do terreno, mais ou menos alagadiço, onde parcimoniosamente penetrava o ar e a luz. Em dias enuviados, fazia-se a escuridão. Na retaguarda, qualquer elevação obrigava a força, com direção a ela a marchar em acelerado, quase de cócoras, outras ocasiões a arrastar-se, a fim de evitar as pontarias certeiras do inimigo, descobrindo-nos através da ramagem. Nos lugares secos, sacos de areia sobrepostos; nos úmidos, chapas de ferro da espessura de um centímetro serviam de abrigo passageiro às sentinelas, rendidas de hora em hora, às vezes, em menos tempo, tal a exalação pútrida e deletéria de cadáveres em decomposição adiantada, nunca sepultados, por se acharem entre as duas linhas beligerantes. A distância de uma a outra era tão curta, que se ouvia distintamente os paraguaios baterem no rosto para matar mosquitos. A quantidade destes insetos subia a coisa inenarrável. Insinuavam-se pelos ouvidos, boca, narinas. Um inferno em suma. [...]. Diariamente a maldita linha enviava feridos ao hospital e cavava fundo no estômago combalido do brasileiro guloso, pois sair de serviço sem expelir boa cópia de perdígotos, julgava-se milagre. Ainda assim, havia indivíduos aos quais o ambiente deletério não envenenava nem produzia abalo. Não admira, porque nas margens do Nilo africano há quem viva sem a mais leve dor de cabeça. Segredos do temperamento humano.<sup>217</sup>*

Osório, em julho, por motivo de saúde, deixou temporariamente o Paraguai. Assim, o 1º Corpo de Exército passou a ser comandado por Polidoro Jordão, recém-chegado da Corte. Ainda nesse mês, as tropas do 2º Corpo de Exército, comandadas por Porto Alegre, juntaram-se às demais no Paraguai. Tratava-se de um reforço de 10.160 homens, bem armados e disciplinados.<sup>218</sup>

<sup>215</sup> Baixas brasileiras no combate de 24 de maio: 719 mortos e 2.292 feridos (desses, 1.033 baixas da 3ª Divisão, de Sampaio); argentinas: 126 mortos e 480 feridos; uruguaias: 133 mortos e 163 feridos; paraguaias: aproximadamente 12 mil mortos e feridos. Conforme: FRAGOSO, v.2, 2009, p. 413-414.

<sup>216</sup> HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 633.

<sup>217</sup> SILVA, 2007, p. 51-52.

<sup>218</sup> FRAGOSO, v.3, 2009, p. 73.

se retiraria definitivamente em 13 de janeiro de 1868, devido à morte do vice-presidente argentino que o substituíra.

Após meses de preparativos e reconhecimentos, Caxias resolveu empreender uma manobra de flanco para contornar as trincheiras inimigas e cercar Humaitá. Assim, pretendia livrar as tropas do desgaste e das baixas previstas em caso de realização de ataques frontais. Contava exclusivamente para essa operação com 28.137 homens (21.521 brasileiros, 6.016 argentinos e 600 uruguaios), que se defrontariam com cerca de 30 mil paraguaios.<sup>226</sup>

A força brasileira, nesse momento, formava três corpos de exército, 1º, 2º e 3º, comandados, respectivamente, por argolo (substituíra Polidoro, que voltara à Corte, por motivo de saúde), Porto Alegre e Osório (que retornara ao Paraguai depois de organizar o corpo de exército que passou a comandar).

A manobra teve início em 22 de julho de 1867. O 1º e o 3º Corpos de Exército marcharam rompendo as defesas que encontravam e se apossaram de Tuiu-Cuê, São Solano, Laureles, Tahí e Estabelecimento. O 2º Corpo de Exército ficou em Tuiuti e em Passo da Pátria, para proteger a retaguarda e as linhas de comunicações. Paralelamente, um destacamento da Marinha, comandado por Delfim de Carvalho, passou por Humaitá, juntando-se às tropas que estavam em Tahí (posteriormente chegou a bombardear Assunção). Completava-se, assim, em 19 de fevereiro de 1868, o cerco planejado.

Enquanto tais ações ocorriam, López ordenou um outro ataque a Tuiuti. Em caso de sucesso, tal ação poderia isolar as tropas aliadas que realizavam a manobra de flanco, colocando-as em sérias dificuldades. Todavia, em 3 de novembro de 1867, a tropa destacada para a missão, composta por cerca de 9 mil combatentes, foi derrotada pelo 2º Corpo de Exército, que contava com aproximadamente 2.700 homens em condições de combate.<sup>227</sup>

Depois de cercarem Humaitá, os aliados passaram a realizar preparativos para assaltá-la. No entanto, em 16 de julho, López ordenou a retirada da tropa que a guarnecia, devido a dificuldades em abastecê-la. Seguindo a ordem, os paraguaios deixaram repentinamente a fortaleza, atravessaram o rio Paraguai e seguiram em direção norte. Em 25 de julho, as forças aliadas entraram no baluarte.<sup>228</sup>

Cabe destacar que enquanto Caxias preparava as tropas para a manobra de Humaitá, houve uma investida brasileira em território paraguaio, a partir do Mato Grosso. Foi realizada por uma coluna composta por cerca de 1.700 homens (a maioria de infantaria, do 17º BVP e dos 20º e 21º BIs), comandada por Carlos de Morais Camisão, que havia assumido o comando em 1º de janeiro de 1867, na localidade de Miranda. O objetivo da expedição era atingir Concepción, localizada na margem ocidental do rio Paraguai, e, assim, se constituir em uma ameaça para Assunção, dali distante cerca de 250 km a jusante.<sup>229</sup>

---

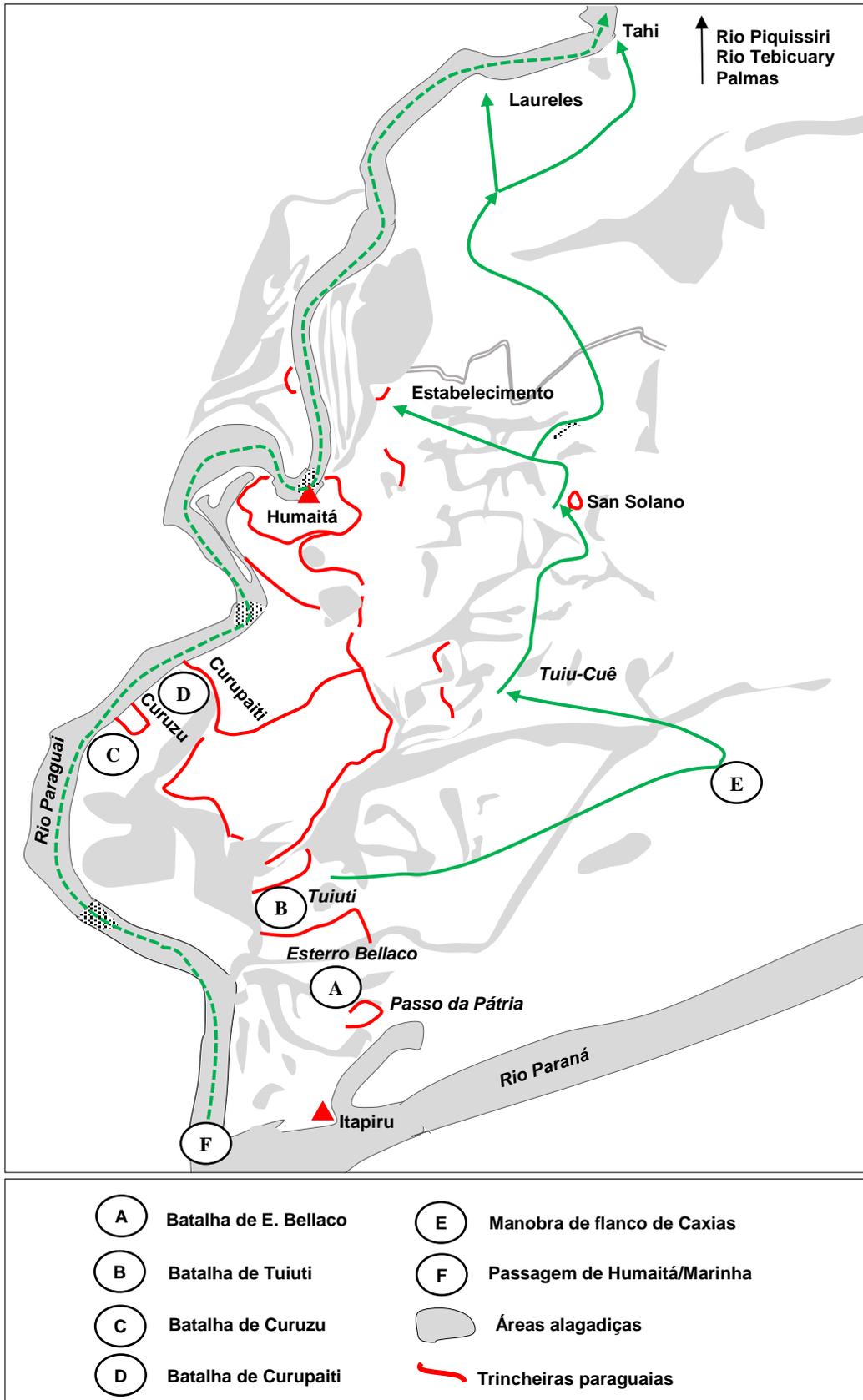
<sup>226</sup> FRAGOSO, v.3, 2009, p. 238-240.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 347, 349, 357. Baixas brasileiras no combate de 3 de novembro de 1867: 259 mortos, 1.165 feridos e 394 extraviados; argentinas: 35 mortos, 151 feridos e 41 extraviados; paraguaios: entre 1.200 e 2.734 mortos/feridos e 155 prisioneiros.

<sup>228</sup> Baixas aliadas da Batalha de Curupaiti (exclusive) até o término da Manobra de Humaitá (inclusive as da Campanha do Mato Grosso, comandada por Camisão) - brasileiras: 1.479 mortos, 5.498 feridos e 572 extraviados; argentinas: 163 mortos, 243 feridos e 106 extraviados; uruguaios: um morto e três feridos. Conforme: FRAGOSO, v.3, 2009, p. 487-488. Baixas paraguaios: não encontrados registros.

<sup>229</sup> TAUNAY. Alfredo Maria Adriano d'Escragolle. **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. passim.

ESBOÇO XII – OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ<sup>230</sup>



<sup>230</sup> Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, que participou da expedição, relata os infortúnios de uma noite:

*Para a noite caiu abundante chuva, agravadora de todos os nossos padecimentos. Amontoados perto da pequena barraca dos médicos, sem abrigo e ao ar livre, receberam os coléricos, nos corpos gélidos, as bâtegas que desabavam, de espaço em espaço. Era horrível ver esse míseros, presos de agitação extrema, dilacerando os andrajos com que procurávamos cobri-los, rolando uns sobre os outros, a se torcerem com câimbras, vociferando, soltando brados, que se fundiam numa só voz: água. Os médicos não tinham recursos; os enfermeiros, a princípio zelosos e ativos, tinham desanimado diante do número sempre crescente dos doentes, e, apesar da ordem que proibira como fatal o uso da água, davam-na para satisfazer um instante ao menos aos moribundos: a isso limitavam-se todos os cuidados.*<sup>235</sup>

O sul do Mato Grosso acabou completamente desocupado pelos paraguaios em junho de 1868, por ordem de López, que necessitava urgentemente de tropas na região de Humaitá.<sup>236</sup>

Voltando-se a tratar das operações na frente de combate principal, López, ao perceber que não poderia manter Humaitá, ordenou a evacuação do grosso de suas tropas para uma linha defensiva ao longo do rio Tebicuary. Todavia, pouco depois decidiu retroceder um pouco mais, até o rio Piquissiri, onde julgou poder estruturar um sistema defensivo mais eficaz. Ali estabeleceu dois pontos fortes: Angostura e Ita-Ivaté. Os aliados, depois de ocuparem Humaitá, deslocaram-se para Palmas, situada poucos quilômetros ao sul do rio Piquissiri. Houve mudanças no comando do 1º e 2º Corpos de Exército brasileiros, que passaram a ser comandados por Jacinto Machado Bittencourt e Argolo, respectivamente.<sup>237</sup>

Caxias novamente percebeu que ataques frontais trariam enormes perdas às suas tropas e, por isso, planejou outra manobra de flanco. De acordo com essa, parte da tropa fixaria os paraguaios em Piquissiri, enquanto o restante, como o apoio da Marinha, atravessaria o rio Paraguai, contornaria a posição paraguaia, voltaria a transpor o referido curso de água e atacaria o adversário pela retaguarda. Antes de colocá-la em prática, porém, ordenou a Argolo a construção de uma estrada, na margem ocidental do rio Paraguai, por onde passariam as tropas que fariam o movimento de cerco.

Pronta a estrada, em 4 de dezembro de 1868 teve início a marcha de flanco, liderada por Caxias. Dela participavam os três corpos de exército brasileiros, perfazendo um total de 18.667 homens. Na frente da posição inimiga do Piquissiri ficou um contingente de 8 mil soldados (2.846 brasileiros, 4.354 argentinos e 800 uruguaios).<sup>238</sup> Nesse momento, López contava com cerca de 10 mil soldados na região do Piquissiri (vide manobra no Esboço XV, p. 82).<sup>239</sup>

A movimentação pelo flanco ocorria conforme o planejado, até que, em 6 de dezembro, no arroio Itororó, os brasileiros encontraram forte resistência. A luta, da qual tomaram parte cerca de 11 mil brasileiros e cinco mil paraguaios, deu-se pela posse de uma ponte que

---

<sup>235</sup> TAUNAY, 1874, p.164-165.

<sup>236</sup> THOMPSON, 1969, p. 299.

<sup>237</sup> 1) FRAGOSO, v.4, 2009, passim. 2) MANUSCRITO de mil oitocentos e sessenta e nove ou resumo histórico das operações militares dirigidas pelo marechal d'exercito Marques de Caxias na Campanha do Paraguay. Rio de Janeiro/Brasília: Typographia e Lithographia Popular de Azeredo Leite, 1872. p. 84.

<sup>238</sup> 1) FRAGOSO, v.4, 2009, p. 60. 2) MANUSCRITO, 1872, p. 84.

<sup>239</sup> THOMPSON, 1969, p. 320.

### PARTE III

## DO FIM DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA ATÉ OS COMBATES EM CANUDOS

*Cabe ao Exército e a Armada a glória de ter efetuado a revolução de 15 de novembro, data esta que será d'ora em diante a héira da República Brasileira; e esta conquista representa uma soma tão grande de sacrifícios heroicos e de resignados sofrimentos, que ainda quando uma nova organização, não devesse ser efetuada, após a revolução, em reconhecimento a serviços de que a Pátria guardará sempre agradecida lembrança, não seria possível demorar a decretação de reformas que colocassem as Forças Armadas do Brasil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, pela inquebrantada manutenção da ordem geral. Para atingir desideratum de tanto alcance, era indispensável começar pela elevação do nível moral do soldado brasileiro, dar-lhe a instrução necessária, aperfeiçoar-lhe o conhecimento e manejo das armas, formar-lhe o caráter e a disciplina militares, e tirar aos seus serviços a expressão de imposto de sangue, para qualificá-los como a mais elevada e a mais nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar. Cumpria elevar também o nível dos estudos superiores, adaptá-los aos progressos, programas e adiantamentos da civilização moderna nas especialidades que a um militar devem ser familiares, e preparar assim os mais altos destinos para essa mocidade que acode fervorosa de todos os ângulos da República, pedindo lugares nas fileiras do nosso Exército. Tais reformas estão feitas, e só o tempo poderá dizer se os programas adotados precisam receber alterações consentâneas às necessidades verificadas e à experiência conhecida.<sup>269</sup>*

Deodoro da Fonseca, 1890

No período que se estende do fim do conflito com o Paraguai (1870) até o término da Guerra de Canudos (1897), o Brasil passou por profundas transformações, ensejadas por lideranças que buscavam modernizá-lo, tendo como referência países que passavam por pujante desenvolvimento, como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos.

A população do País, que em 1872 somava cerca de 10 milhões de habitantes, passou para aproximadamente 17,5 milhões, três décadas depois.<sup>270</sup> A intensa imigração europeia, ocorrida principalmente entre os anos 1880-1900, contribuiu de forma significativa para isso. Houve também a emancipação dos escravos, em 1888, fruto de décadas de pressões de diversos segmentos sociais. Entretanto, de modo geral, a população vivia em extrema pobreza, principalmente nos sertões, onde as instituições governamentais não se faziam presentes.

<sup>269</sup> FONSECA, Manoel Deodoro da. Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 14-16.

<sup>270</sup> 1) RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro. Typographia. G, Leuzinger, [1874?]. 2) SYNOPSE do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro. Typographia de Estatística, 1905.

Na década de 1880, a Monarquia perdeu o apoio de três importantes setores que a sustentavam: do Exército, em razão da “Questão Militar”; da Igreja, em virtude da “Questão Religiosa”; e de grandes proprietários de terra, por causa da “Questão Servil”. Em 1889, políticos e militares, adeptos da forma republicana de governo ou insatisfeitos com autoridades monárquicas, proclamaram a República. Em um primeiro momento não houve luta armada, mas durante a consolidação do novo regime ocorreram sérios conflitos, como a “Revolução Federalista” e a “Revolta da Armada”, a muito custo controlados. Consolidada a República, ainda houve o sangrento conflito em Canudos, que mais adiante será tratado.

O setor primário, notadamente a produção cafeeira, era a base da economia nacional. Não obstante, principalmente na província/estado de São Paulo, gradativamente aumentava o número de estabelecimentos industriais, quase todos voltados para a produção de bens de consumo. A situação financeira durante o ocaso do Império estava controlada, em que pese as dívidas a serem saldadas decorrentes da guerra contra o Paraguai. No início da República, porém, medidas tomadas pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, levaram à “Crise do Encilhamento”, marcada pelo aumento da inflação, quebra de empresas e especulação financeira, o que se refletiu negativamente nas contas do governo e fez aumentar o custo de vida.

Em se tratando do Exército, no final da década de 1870, faleceram o Duque de Caxias e Osório, suas principais lideranças. Deram lugar a outros oficiais, também veteranos da Guerra da Tríplice Aliança, como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

De todo modo, nos primeiros tempos da República, os chefes militares buscariam modernizar as instituições castrenses e moldá-las de acordo com os princípios do novo regime.

Logo depois do conflito com o Paraguai, o governo imperial desmobilizou os corpos de voluntários da Pátria e da guarda nacional. Também reorganizou o Exército, tendo em vista a diminuição de gastos. No que coube à Infantaria, fixou a existência de seis batalhões de infantaria pesada e de 15 batalhões de infantaria ligeira, mais oito companhias ligeiras de guarnição. Para o ano financeiro de 1870/1871, o governo assentou o número de praças do Exército em 16 mil, em circunstâncias ordinárias, o que estava bastante abaixo dos 23.346 necessários para se completar o efetivo previsto.<sup>271</sup> Entre 1881 e 1889, o número estabelecido oscilou entre 11.300 e 13 mil homens.<sup>272</sup>

Em 1888, a quantidade de batalhões de infantaria foi aumentada para 26 e deixou de haver a distinção entre pesados e ligeiros.<sup>273</sup> A estrutura e o efetivo deles encontram-se no Organograma II e no Quadro XX (p. 89). Algumas atribuições dos integrantes das unidades de infantaria podem ser visualizadas no Quadro XXI (p. 90), outras podem ser consultadas no documento referenciado.

---

<sup>271</sup> 1) BRASIL. Lei nº 4.572, de 12 de agosto de 1870. 2) Lei nº 1.765, de 28 de junho de 1870.

<sup>272</sup> MAGALHÃES, 1998, p. 296.

<sup>273</sup> BRASIL. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888.

Proclamada a República, o número de BIs foi aumentado e chegou a 40, em 1894. O efetivo previsto de cada um deles, em tempo de paz, passou para 425.<sup>277</sup> A maioria das unidades localizava-se na capital da República, em razão de sua relevância política; e no Rio Grande do Sul, devido à importância desse estado em caso de conflito na bacia do Prata (quadro abaixo).

A partir de 1891, os BIs passaram a ser enquadrados em distritos militares (DM), que vieram a substituir os comandos de armas. Os comandantes de DM seriam responsáveis, dentre outros encargos, *“pela instrução e disciplina das tropas, pela boa marcha da sua administração, bem como pela de todos os estabelecimentos subordinados ou pertencentes ao Ministério da Guerra que existirem nos respectivos distritos”*.<sup>278</sup>

Em 1892, o efetivo previsto dos BIs, somados, totalizava 15.300 homens. Entretanto, em quase todos havia falta de pessoal. Efetivamente, em 30 de março desse ano, existiam 11.971 militares servindo em tais unidades. A situação mais grave era a do 13º BI, localizado em Porto Alegre, que só dispunha de 192 integrantes.<sup>279</sup>

Realmente, a falta de pessoal, principalmente de soldados rasos, era um problema crônico que se prolongava desde as lutas pela Independência. Para solucioná-lo, em 1874, foi publicada a Lei nº 2.556, que regulava o serviço militar.<sup>280</sup>

QUADRO XXII - DISTRITOS MILITARES E BATALHÕES DE INFANTARIA, 1891<sup>281</sup>

DM	ESTADOS	LOCALIZAÇÃO DOS BI
1º	AM, PA, MA e PI	15º (Belém), 5º (São Luís), 35º (Teresina) e 36º (Manaus)
2º	CE, RN, PB e PE	11º (Fortaleza), 27º (Paraíba), 2º e 14º (Recife), e 34º (Natal)
3º	BA, SE e AL	9º e 16º (Salvador), 26º (Maceió) e 33º (Aracaju)
4º	SP, MG e GO	20º (Goiás) e 31º (São João del-Rei)
5º	PR e SC	17º (Curitiba) e 25º (Desterro)
6º	RS	3º (Jaguarão), 4º (São Gabriel), 6º (Uruguaiana), 12º (Rio Grande), 13º e 30º (Porto Alegre), 18º (Alegrete), 28º (Rio Pardo) e 29º (Pelotas)
7º	MT	8º (Cuiabá), 19º (Cáceres) e 21º Corumbá
(1)	Capital da República e ES	1º, 7º, 10º, 22º, 23º e 24º (Capital da República) e 32º (Vitória)
Obs.: 1) sob as imediatas ordens do Ajudante General do Exército; 2) em 1894, foram criados mais quatro BIs: o 37º (São Paulo, transferido no mesmo ano para Florianópolis), 38º (Niterói), 39º (Ouro Preto, transferido no mesmo ano para Curitiba) e 40º (Belém).		

<sup>277</sup> BRASIL. Decreto nº 56, de 14 de dezembro de 1889.

<sup>278</sup> BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891.

<sup>279</sup> MOURA, Francisco Antonio de. Relatório do ano de 1891, apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1892, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Anexos/Mapa Geral da Força do Exército.

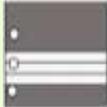
<sup>280</sup> BRASIL. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874.

<sup>281</sup> 1) BRASIL. Decreto nº 56, de 14 de dezembro de 1889. 2) BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891. 3) BRASIL. Decreto nº 1.682, de 28 de fevereiro de 1894. 4) BARROSO, 2000, p. 77. 5) MOURA, 1892, Anexos/Mapa Geral da Força do Exército.

QUADRO XXIV: EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DOS INFANTES, DÉCADA DE 1890<sup>294</sup>

 <p>Soldado em pequeno uniforme</p>	<p>Vianna descreve equipamentos e acessórios adotados em serviço ou campanha:</p> <p><i>Quando em serviço, o cinturão branco, a patrona de couro envernizado, o sabre-punhal e a carabina Mauser modelo brasileiro, c. 7,5; quando em ordem de marcha, a mochila garante às costas envolta pelo capote alvadio enrolado e preso aos malotes, os dois bornais de brim branco a tiracolo cruzando-se em forma de “X” no peito e nas costas, o cantil e os cartuchos embalados nas cartucheiras e os de reserva nas patronas. Em longas marchas de estrada, acrescentemos os paus das barracas, a marmita e o marmitão ao lado do cantil, a barraca dobrada em quatro envolvendo em geral a mochila.</i></p>
--	---

QUADRO XXV – HIERARQUIA E INSÍGNIAS DO EXÉRCITO, 1897

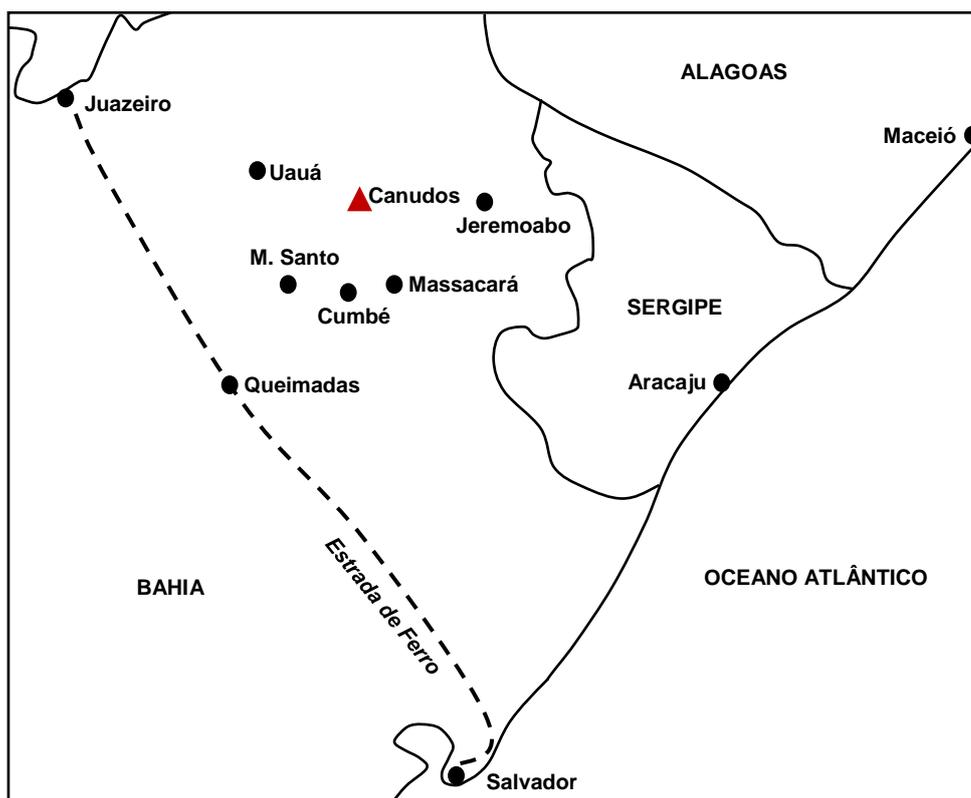
				
Marechal	General de Divisão	General de Brigada	Coronel	
				
Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes
				
1º Sargento	2º Sargento	Furriel	Cabo	Anspeçada

Vianna descreveu as diferenciações hierárquicas e as insígnias, em 1897:

*Os postos se distinguem pela divisa de pano garante cosida em pano branco no antebraço direito ou esquerdo em forma de ângulo agudo com o vértice para o ombro. Uma divisa, em geral de 0<sup>m</sup>,012 de largura, corresponde a anspeçada; duas, a cabo de esquadra; três, a furriel; quatro, a 2º sargento; cinco, a 1º sargento. Os sargentos ajudantes e quartéis-mestres usam fardamento de pano fino igual ao dos oficiais e trazem no antebraço direito ou esquerdo um emblema de metal dourado representando o centro da bandeira nacional. [...]. Para os oficiais as insígnias são: duas estrelas bordadas a prata ou de metal branco no punho da manga e na gola do dólmã de general de brigada, três estrelas para o general de divisão e [duas estrelas, mais] as Armas da República para os marechais; nos grandes uniformes (1º e 2º) os punhos da manga e da gola da sobrecasaca ou dólmã são bordados, e esses bordados variam conforme o posto. Para os oficiais superiores, capitães e subalternos são tantas divisas de galão dourado nos punhos das mangas da sobrecasaca, dólmã ou túnica quantos os postos. Assim, o alferes usa uma divisa; o tenente, duas; o capitão, três; e assim por diante até o coronel que tem seis.<sup>295</sup>*

<sup>294</sup> 1) BARROSO, 1922, p. 102 /estampa 169. 2) VIANNA, 1897, p. 394-395.

<sup>295</sup> 1) VIANNA, 1897, p. 394-395. 2) Além das Armas da República, para os marechais eram previstas também duas estrelas, conforme: Decreto nº 1.729A, de 11 de junho de 1894.



Macedo Soares, tenente de infantaria que participou da campanha, aponta a importância do povoado de Canudos sob ponto de vista militar:

*Situado numa zona erizada de inúmeras serras pedregosas e peladas, em cujas vertentes correm caatingas sem fim, espinhosas e emaranhadas. Como ponto estratégico, o é de primeira ordem: qualquer força para lá chegar, fosse de qualquer ponto, teria de atravessar uma região estéril, sem água e nem recursos de espécie alguma e teria de conduzir bagagens e mantimentos através de inúmeras dificuldades. Em lá chegando, teria de arcar com maiores contrariedades, além de lutar com um inimigo astuto e conhecedor do terreno, geralmente acidentado e sáfaro, sem fáceis comunicações [...].*<sup>328</sup>

A existência de Belo Monte preocupou políticos da Bahia e membros da Igreja Católica, que julgaram estar lá se formando uma seita político-religiosa, que estimulava o cisma religioso e desrespeitava o governo republicano. Rumores de que Antônio Conselheiro era monarquista, em uma fase que a República se consolidava, acirravam os ânimos.

Em outubro de 1896, Antônio Conselheiro desentendeu-se com comerciantes de Juazeiro, com os quais tratara sobre a compra de madeira destinada à construção de uma igreja. Como não recebera o material na data prevista, ordenou a seus seguidores apanhar a encomenda, usando a força caso preciso.

<sup>327</sup> Adaptado do *Google Earth*.

<sup>328</sup> SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Alpina/Assembléa 96, 1902. p. 33.

## PARTE IV

### DO TÉRMINO DA GUERRA DE CANUDOS ATÉ AS LUTAS NO CONTESTADO

*Da inteligente e esmerada combinação das peças da engrenagem que movem os exércitos, cautelosa e pacientemente preparadas e constituídas pelos elementos combatentes ou não, depende o valor da defesa nacional, hoje mais que outrora: - a guerra moderna é mais racional, mais violenta e mais célere; exige maiores conhecimentos e vocação, mais disciplina e aptidão, mais pronta mobilização e decisão; enfim, lhe é imprescindível saber e poder combater nas melhores condições. A vitória pertencera a quem, ocupando antecipadamente a melhor posição, mais acertada e rapidamente regular seu tiro, de forma a causar o máximo dano ao adversário, e souber conseguir, metódica e inteligentemente, reunir os maiores recursos para empenhá-los na ação no momento propício. Os exércitos constituídos por levas de voluntários, alistados nos últimos momentos que precedem à mobilização para a guerra, são sempre fracos e desastrosos, máxime hoje, que não se combate fazendo agir grandes massas autômatas pelos fogos cerrados ou pelo choque, e sim com o grande discernimento à inteligência que cada elemento deve possuir, cooperando da melhor forma e metodicamente para a realização do plano traçado pelo comando em chefe.*

Medeiros Mallet, 1900

No início do século XX, o Brasil firmou diversos tratados que fixaram definitivamente seus limites fronteiriços. Isso ocorreu de forma pacífica, no âmbito diplomático, embora, em alguns casos, sob forte tensão, caso da questão do Acre, com a Bolívia.

No governo de Campos Sales, 1898-1902, tomou forma a “política do café com leite”, cujo principal objetivo era fazer com que os presidentes da República fossem eleitos de acordo com os interesses do setor agrário dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Desse modo, passaram a se revezar na presidência do País representantes do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Mineiro.<sup>372</sup> Também foi resolvida a crise financeira que o Brasil passava, o que se deu graças a um acordo de renegociação da dívida externa, ajustado com banqueiros ingleses (*funding loan*).

O café continuou a ser o sustentáculo da economia nacional. Em razão disso, o governo federal passou a adotar procedimentos que tinham em vista evitar a queda do valor desse

---

<sup>372</sup> Houve uma exceção. Em 1910, foi eleito Hermes da Fonseca, pelo Partido Republicano Conservador.

produto no mercado internacional (intervenções no câmbio, compra do excedente de produção, etc.). Não obstante, o setor industrial, voltado para o mercado interno, ganhava importância.

Para o transporte da produção, principalmente de produtos agrícolas, investimentos foram feitos na malha ferroviária. Desse modo, duas importantes ferrovias, que se também prestavam para fins militares, foram construídas: a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A população do País, que era de aproximadamente 17,5 milhões em 1900, chegaria a cerca de 23,4 milhões em 1910 e 30,6 milhões em 1920. Paralelamente, iniciava-se um crescente processo de urbanização, provocado pelo aumento da industrialização.<sup>373</sup>

Tudo isso gerou um período de estabilidade no País, possibilitando que as rotineiras crises políticas e sociais fossem contornadas. Porém, a maioria dos brasileiros vivia mal: os do campo padeciam da exploração secular exercida por latifundiários; os da cidade, devido à falta de moradia e precárias condições de trabalho vigentes nas indústrias.

No Exército, lideranças passaram a conceber planos de modernização, em face dos problemas observados nos embates em Canudos, e à luz de procedimentos de combate empregados em conflitos internacionais, como as guerras dos Bôeres (1899-1902) e Russo-Japonesa (1904-1905).

Na virada do século, Medeiros Mallet, ministro da Guerra (1898-1902), considerava que, ao longo da história, a evolução dos engenhos bélicos, particularmente dos armamentos, levava a modificações na organização dos exércitos, inclusive de ordem estratégica e tática. Em razão disso, defendia mudanças no Exército Brasileiro, a fim de adequá-lo aos avanços tecnológicos que de forma cada vez mais rápida se processavam.<sup>374</sup>

Em relação à organização das tropas, ponderava que a ordem quaternária adotada nos BIs era inadequada. Reconhecia que a maior parte dos exércitos estrangeiros seguia essa tendência, ou seja, os regimentos de infantaria compreendiam quatro batalhões a quatro companhias, e estas, quatro seções, a fim de que o terceiro escalão de combate tivesse efetivo duplo em relação aos outros dois. Assim, em um ataque de batalhão, uma companhia atacaria frontalmente o inimigo (1º escalão), outra reforçaria esse ataque (2º escalão), uma terceira realizaria ataque nos flancos e outra ficaria em reserva (as duas últimas do 3º escalão).<sup>375</sup>

Sua reprovação em relação a tal modo de proceder dava-se em razão de crer que o ataque decisivo não se dava frontalmente, mas pelos flancos; portando não se conviria atacar este setor empregando-se somente um quarto da força disponível.<sup>376</sup>

Em consequência, defendia que o ataque fosse realizado por frações (batalhão, regimento, brigada, etc.) divididas em três grupos iguais (ordem ternária). Um grupo atacaria

---

<sup>373</sup> 1) BRAZIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920: População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Volume IV - 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1926. p. VIII-X. A população conjunta das capitais passou de 2.032.214 habitantes, em 1900, para 3.473.689, em 1920.

<sup>374</sup> MALLETT, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1899, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 4.

<sup>375</sup> MALLETT, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1900, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 75.

<sup>376</sup> MALLETT, 1901, p. 75.

1905 e 1906, quando estava à frente do 4º Distrito Militar.<sup>402</sup> Ele, sob a orientação do Estado-Maior do Exército, organizou manobras nas regiões de Santa Cruz e Gericinó, a fim de avaliar a situação operacional da tropa. Os resultados não foram animadores:

*Havia deficiências em carros para transporte de material e abastecimento logístico. O calçado das praças era de péssima qualidade e muitas marchas tinham que ser realizadas com a tropa descalça. O arreamento da cavalcada era ruim e as barracas da artilharia e da engenharia eram muito pequenas. O equipamento individual não atendia aos mínimos requisitos operacionais básicos, principalmente as mochilas, que eram muito pesadas e apertavam as axilas, a ponto de adormecer os braços, fazendo com que os soldados derrubassem as armas no chão. As fivelas dos cintos abriam facilmente e as cartucheiras abriam nas costuras, deixando cair a munição. Da mesma forma, o material bélico estava obsoleto, os quadros incompletos e as casernas eram velhos casarões sem as mínimas condições de higiene e conforto.<sup>403</sup>*

Em razão disso, os uniformes sofreram remodelação no ano de 1908. A principal mudança ocorreu com os de campanha, cuja tonalidade passou a ser preponderantemente cáqui, tendo em vista contribuir para a camuflagem (quadro abaixo).<sup>404</sup> Outras adaptações ocorreriam nos anos seguintes.

Os equipamentos a serem conduzidos pelos praças de infantaria também foram revistos em 1908, e divididos em três categorias: equipamento propriamente dito, ferramentas de sapa e material de acampamento (Quadro XXXV, p. 130).

#### QUADRO XXXIV - UNIFORMES DA INFANTARIA, 1908<sup>405</sup>



Da esquerda para a direita: capitão com 2º uniforme, tenente com 5º uniforme, e soldados com 1º e 5º uniformes (o último praça com equipamento anterior ao adotado em 1908).

<sup>402</sup> A sede do 4º Distrito Militar foi transferida da capital paulista para a capital federal em 1899.

<sup>403</sup> Apud MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução doutrinária do Exército: da Independência ao início do século XXI. In: **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 366.

<sup>404</sup> Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908.

<sup>405</sup> 1) BARROSO, 1922, p. 105, estampas nº 190 e 191. 2) Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908.

Sobre a qualidade dos armamentos, equipamentos e fardamentos, no relatório da 9ª Região de Inspeção, de 1910, ressaltava-se:

*Depois dos consertos realizados, estão os corpos desta inspeção providos de armamento, desde há muito tempo em grande uso. A munição distribuída aos corpos tem sido suficiente para as necessidades, e a sua qualidade tem melhorado sensivelmente, diminuindo o número de fendas durante o tiro. O novo equipamento de mochila continua a manifestar a sua excelência relativamente aos tipos anteriormente adotados, se bem que o tempo e a intensidade de serviço ainda não tenham dito a última palavra quanto a sua resistência e real preferência. [...]. O fardamento distribuído é em geral de boa aparência, exceção feita do de pano cáqui que, por sua má qualidade e aspecto, tem provocado contínuas reclamações dos corpos.*<sup>411</sup>

Quanto à instrução, retornando-se à virada do século, Medeiros Mallet considerava ser o ensino teórico, em todos os escalões, não suficiente para o devido preparo da tropa. Em razão disso, pregava a necessidade de os indivíduos aplicar na prática seus conhecimentos, por iniciativa própria, “*acertando, melhorando, cometendo erros e corrigindo-os, para que, volvendo aos estudos de gabinete, compare o que executou e ordenou, o que ‘viu’ enfim, com o que devia ter executado e ordenado*”.<sup>412</sup>

Entretanto, a realidade era bem diversa do que almejava Medeiros Mallet. Estevão Leitão de Carvalho, oficial subalterno naquele tempo, comenta sobre o ensino na Escola Militar:

*No terceiro ano do Curso Geral, ou das Três Armas, como nos dois anteriores, preponderavam as matérias científicas: mesmo a Cadeira de Artilharia, da qual fazia parte o estudo das pólvoras, era de cunho inteiramente teórico. Tudo ensinado seriamente, mas de forma alguma contribuía para dotar o aluno com os conhecimentos práticos de aplicação imediata às atividades militares.*<sup>413</sup>

Também fez alusão ao que ocorria nos quartéis:

*A vida arregimentada, nesse tempo, e não só no meu batalhão, nada tinha de atrativa. A instrução [...] não exigia esforço intelectual dos oficiais. Toda a atividade do quartel se concentrava nos afazeres administrativos, sob cuja dependência estava a manutenção da unidade: alimentação, fardamento, armamento, disciplina, relação com o exterior; banda de música, único órgão da tropa que, naquela época, preenchia cabalmente seus fins.*<sup>414</sup>

O que se passava nas escolas e quartéis era do conhecimento e preocupava as lideranças militares. Em face disso, em 1905, foram aprovadas novas diretrizes para o funcionamento dos institutos militares de ensino. O objetivo, de forma geral, era tornar o ensino menos teórico e mais prático, direcionado para as lides castrenses.<sup>415</sup>

---

<sup>411</sup> BARRETO, Emygdio Dantas. Relatório do ano de 1910, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1911, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1911. p. 64-65.

<sup>412</sup> MALLETT, 1890, p. 6.

<sup>413</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016, p. 39.

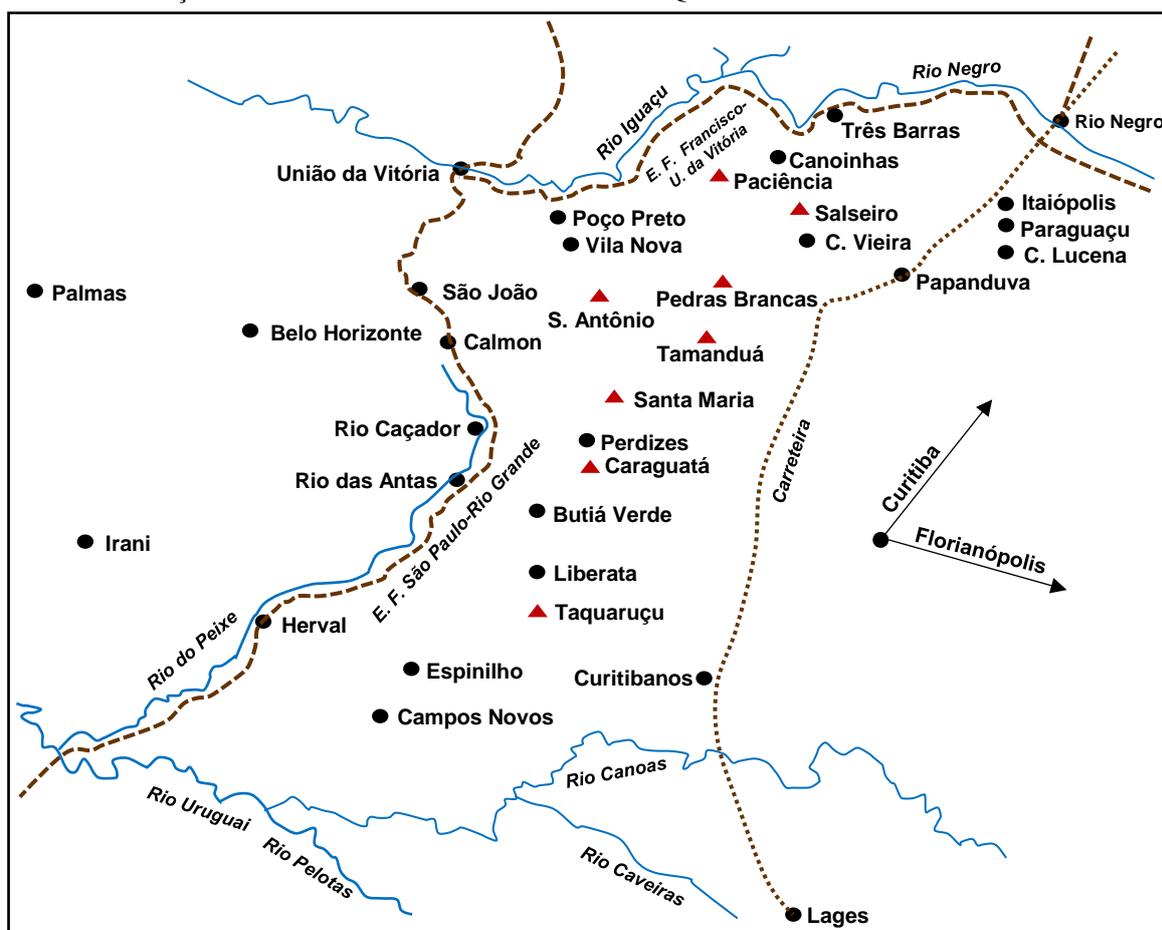
<sup>414</sup> Ibid., p. 36.

<sup>415</sup> BRASIL. Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905.

ESBOÇO XXV – REGIÃO DO CONTESTADO <sup>435</sup>



ESBOÇO XXVI – ÁREA DO CONTESTADO EM QUE OCORREU A REVOLTA <sup>436</sup>



<sup>435</sup> Adaptado de: SANTA Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. p. 11.

<sup>436</sup> Adaptado da: CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

Para agravar a situação, o governo federal concedeu à empresa norte-americana *Brazil Railway*, responsável pela construção de parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, como forma de remuneração, o direito de explorar o equivalente a 15 km de terras (ricas em madeiras-de-lei) em cada margem da ferrovia. Isso resultou na expulsão de muitos posseiros, que se dispersaram, acirrando os rotineiros conflitos agrários.

Nesse tempo, místicos muito respeitados, denominados “monges”, perambulavam pela região. Em agosto de 1912, um deles, chamado José Maria, juntamente com seus seguidores, fundou a comunidade do Quadro Santo, em Taquaruçu, no município de Curitiba, então sob jurisdição catarinense.

Os habitantes do povoado estabeleceram suas próprias leis e passaram a ignorar mandados vindos de autoridades legalmente constituídas, bem como se indispuseram com alguns grandes fazendeiros. Para sua defesa, criaram uma guarda de honra, constituída por 24 cavaleiros, intitulados “Doze Pares de França”, em alusão à cavalaria do imperador Carlos Magno.<sup>437</sup>

Alertadas, as autoridades republicanas passaram a considerar que a comunidade de José Maria representava um risco para a ordem e a segurança da região. Boatos de que seus moradores eram monarquistas, inflamaram os ânimos.

Por conseguinte, em setembro, Eugênio Müller, vice-governador de Santa Catarina, enviou uma força policial, comandada pelo capitão Januário Cortes, para dar fim ao problema. Paralelamente, partiram de Curitiba, com destino à localidade de Rio Caçador, por via ferroviária, 160 homens do 14º Regimento de Cavalaria (Rgt Cav), liderados pelo tenente-coronel Álvaro Pereira Franco. A missão destes era proteger a estrada de ferro e impedir que os sertanejos seguissem para territórios considerados pelos paranaenses como de sua jurisdição.<sup>438</sup>

Antevendo problemas, José Maria e seus adeptos transpuseram a estrada de ferro e seguiram para a localidade de Irani, que então fazia parte do município de Palmas. Tal deslocamento amedrontou os palmenses, que solicitaram ao governo paranaense tropas para lhes proteger. Em atenção à solicitação e também por considerar a ação do “monge” uma invasão catarinense a áreas sob sua jurisdição, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná, destacou tropas policiais para a região, comandadas pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho.

A força policial paranaense foi mobilizada às pressas e, com efetivo de 158 homens, seguiu para Palmas (Esboço XXVII, p. 140). Levava uma metralhadora *Maxim Nordenfelt*, modelo 1895, na qual depositava-se grande confiança. A missão consistia em proteger a população.

João Gualberto e sua tropa deslocaram-se de trem de Curitiba até União da Vitória. Acompanhava-os Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, chefe de polícia do Paraná, que

---

<sup>437</sup> 1) José Maria era a alcunha de Miguel Lucena Boaventura, ex-soldado do Exército e também desertor da polícia paranaense. 2) Carlos Magno foi rei dos francos, na Idade Média.

<sup>438</sup> 1) MOURA, 2003, p. 69-70. 2) O governador de Santa Catarina era Vidal Ramos, que estava de licença na capital da República, em tratamento de saúde.

Enquanto isso, um destacamento da Coluna Leste avançou, desbaratou um grupo de insurgentes no rio Tamanduá, passou alguns dias em Pedra Branca, e dirigiu-se até o rio Timbó. Porém, não encontrou o destacamento da Coluna Norte, ao qual deveria se unir. Diante disso, prosseguiu cautelosamente em direção a Santa Maria.<sup>509</sup>

O comandante da Coluna Norte incumbiu novamente o Destacamento de Potiguara para seguir na vanguarda. Esta tropa realizou uma marcha impetuosa, em que venceu todas as resistências e destruiu tudo o que encontrava, inclusive os redutos de Caçador e de Aleixo (o último que este havia organizado). Em 3 de abril chegou e se apossou de Santa Maria. Na investida, a força de Potiguara havia ocasionado a morte de centenas de insurgentes; incendiado 1.181 casas, ranchos e igrejas; e inutilizado materiais e suprimentos que pudessem ser aproveitados pelo inimigo.<sup>510</sup>

Potiguara bivacou em Santa Maria, mas passou a ser contra-atacado pelos sertanejos, ficando em situação complicada. Na noite de 3 para 4, ele remeteu mensagem a Estillac solicitando auxílio urgente, pois sua tropa estava cercada, exausta e ressentia-se da falta de suprimentos. Estillac enviou reforços, que chegaram no dia seguinte, e, assim, o inimigo foi repellido.

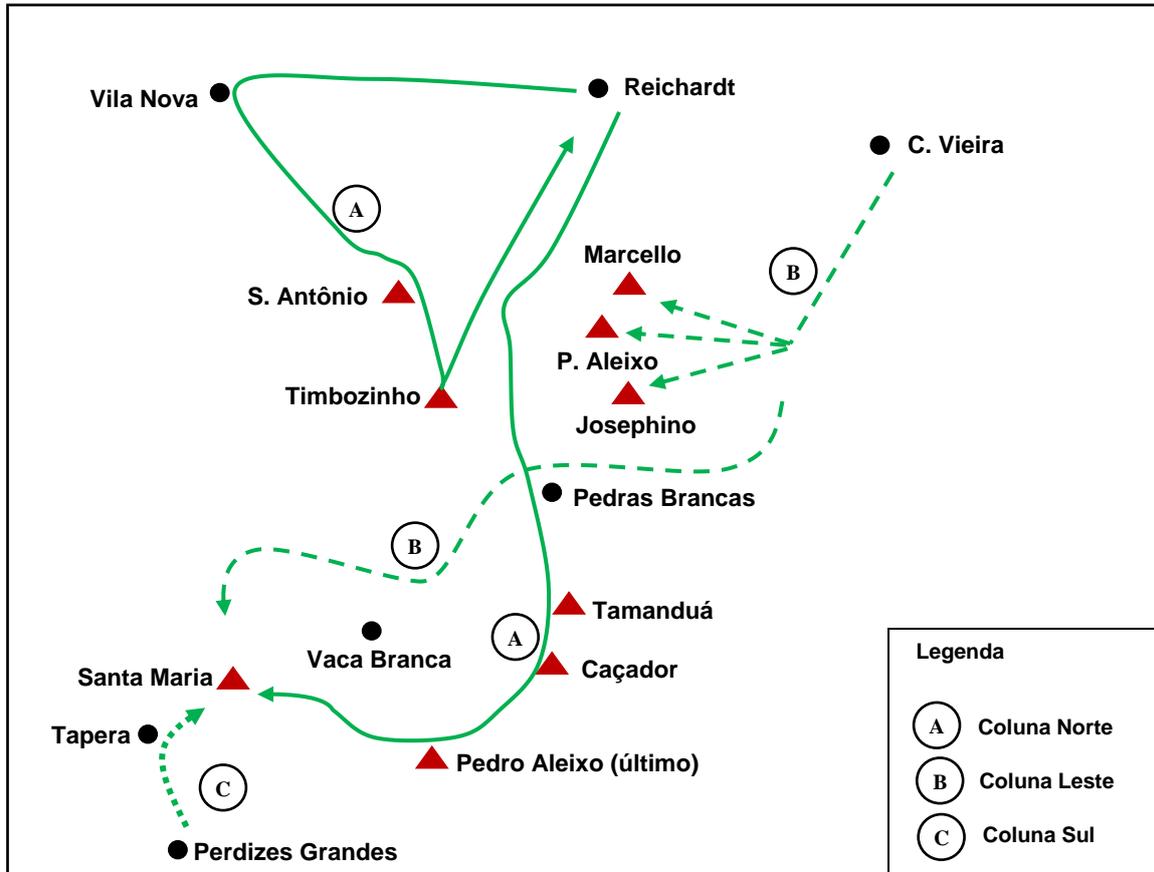
O tenente Pedro Gomes descreveu os eventos ocorridos nos dias 3 e 4 de abril:

*A passagem da Cava da Morte, denominação tetricamente sugestiva de uma garganta de Santa Maria, documenta, em toda a sua brutalidade, que as reservas de energia dos bravos nunca se esgotam. Os flaqueadores da esquerda, que marchavam a cerca de 20 metros da estrada para dentro da mata, travaram uma desabrida luta à arma branca com os famigerados 12 pares de França, que impunham na mão esquerda uma bandeira branca, e com a direita manejam alucinadamente um afiadíssimo facão rabo de galo. Foram mortos seis. Fugiram os demais, quebrando o juramento que fazem essas hediondas personagens, de morrer no seu posto em defesa do reduto. Fazia nesta manhã, o autor destas linhas, a vanguarda da coluna. O capitão Potiguara nos ordenou a certa altura, o ataque decisivo ao reduto. Marchámos para lá vigorosamente, sustentando em ambos os flancos um fogo renhido, até o momento oportuno do assalto, numa estrepitosa carga de baioneta que nos deu, em definitivo, a posse do reduto, numa de cujas eminências fizemos soar estridente o toque de vitória para acordar naquelas paragens os ecos da civilização. À tarde de 3, chegámos ao último reduto de Santa Maria, abrindo caminho a poder da mais unida fuzilaria e do fogo das metralhadoras, cujo emprego acertado foi sempre de uma pronta e decisiva eficácia nesse incomparável oitavário da bravura. O comboio foi, também ele, atacado nesse dia. Toda a coluna entrou numa ação enérgica e sinérgica. A bravura de Potiguara, qual uma cunha de ar comprimido, fizera ruir fragorosamente o último reduto de Santa Maria. [...]. O crescido número de feridos ralentava a marcha da coluna. Por intermédio de um punhado de bravos que, afrontando os azares de uma incursão na mata, foram ter à Tapera, comunicamo-nos, a 4, com a Coluna Sul, que marchou para o reduto e, numa ação comum conosco, destroçou os últimos jagunços que ainda se conservavam nas vizinhanças do reduto. [...].<sup>511</sup>*

<sup>509</sup> MOURA, 2003, p. 203-203.

<sup>510</sup> 1) MOURA, 2003, p. 203-203. 2) PEIXOTO, 1920, p. 690-706. Composição do Destacamento de Potiguara: 100 homens com dois oficiais, de cada um dos batalhões 12º, 16º, 43º e 56º, ambulância do 16º, 50 civis de Pacheco, 67 de Pedro Ruivo, 31 de Elias e o trem. 3) Na investida de Potiguara foram mortos 370 insurgentes e 15 soldados.

<sup>511</sup> In: PEIXOTO, 1920, p. 716-718.



Para Setembrino, com a queda de Santa Maria, “baqueava a 5 de abril de 1915 o último e formidável baluarte do banditismo. O projeto de operações teve a mais cabal execução. O Exército havia cumprido a sua missão, e eu dava por terminada a campanha”.<sup>513</sup>

Realmente, os insurgentes remanescentes estavam desorganizados e sem suprimentos, incapazes de reação de vulto.

Na Linha Oeste, não houve ações de relevo.

Tropas permaneceram na região e debelaram grupos de sertanejos que insistiam em não se submeter. Aleixo, que fugira de Santa Maria, acabou morto por um bandoleiro chamado Adeodato. A questão dos limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná foi resolvida por acordo em 1916.<sup>514</sup>

O conflito contra os adeptos de José Maria evidenciou que as reformas modernizadoras, planejadas principalmente por Hermes da Fonseca, em boa parte não haviam sido colocadas em prática.

<sup>512</sup> 1) Adaptado da: CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado. 2) PEIXOTO, 1920, Croquis entre as p. 528-529 e 708-709.

<sup>513</sup> CARVALHO, 1950, p. 161.

<sup>514</sup> Estima-se que a guerra tenha provocado mais de 10 mil mortes. Conforme: CPDOC/FGV. Guerra do Contestado – 100 anos (1912/1916-2012). Site.

## PARTE V

### DO FINAL DAS LUTAS NO CONTESTADO ATÉ O INÍCIO DA II GUERRA MUNDIAL

*A guerra de 1914-1918 trouxe alterações profundas às ideias e às realizações correntes antes de seu desencadeamento. [...]. Imenso, portanto, se apresentava o problema do armamento a constituir. Na infantaria, já estavam atrasadas as antigas noções sobre o serem apenas necessários o fuzil, a baioneta e a ferramenta de sapa individual. Novos petrechos individuais de arremesso eram precisos: a granada de mão e a granada de fuzil. [...]. Não podiam ser esquecidos os carros de assalto. Na cavalaria, sabre, lança e mosquetão já não bastavam, como se supunha antes de 1914. Na artilharia, uma verdadeira revolução tivera lugar. Eram precisas séries diferentes de peças: um canhão de acompanhamento da infantaria; um canhão de trajetória tensa com alcance de cerca de 12 quilômetros; um canhão de alcance semelhante, de trajetória curva; um canhão de trajetória tensa, mas de alcance superior ao precedente [...]. Na engenharia, nada tínhamos, a bem dizer, urgia dotar a arma de postes, dos meios de transmissão e de destruição e da ferramenta de sapa indispensável para o cumprimento de sua tarefa. Na aviação era preciso criar uma arma com suas especializações [...].<sup>515</sup>*

Pandiá Calógeras, 1921

A partir de 1914, o Brasil passou a sentir os reflexos da guerra mundial, que transcorria de forma intensa, principalmente na Europa. Inicialmente, o presidente Venceslau Brás optou pela neutralidade, porém, em 1917, diversos navios mercantes nacionais foram afundados por submarinos alemães. Isso levou o governo brasileiro a mudar de postura e o País entrou no conflito ao lado dos Aliados (Reino Unido, França, Estados Unidos e outros).

Com o objetivo de contribuir para o esforço de guerra, o governo brasileiro enviou uma missão médica à França e buscou fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios para os Aliados. No campo militar, o apoio foi modesto: a Marinha patrulhou o Atlântico, e oficiais do Exército e aviadores integraram tropas francesas e britânicas.

Terminada a guerra, os presidentes brasileiros, notadamente Artur Bernardes, empenharam-se em tornar o País membro permanente do Conselho da Liga da Nações, organização criada em 1919, a fim de desenvolver a cooperação entre as nações e lhes garantir paz e segurança. Todavia, tal pleito não foi atendimento e o Brasil deixou a Liga em 1926.

Nos anos 1930, o Comunismo e o Fascismo, ideologias totalitárias surgidas na Europa, passaram a influenciar o panorama internacional, com reflexos importantes na sociedade brasileira.

---

<sup>515</sup> CALOGÉRAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. p. 16-17.

No plano interno, no início da década de 1920, passaram a ocorrer diversas revoltas contra o sistema governamental sustentado pela “política do café com leite”. Foram desencadeadas principalmente por oficiais de baixa patente, os “tenentes”, que almejam modernizar o País, de forma conservadora. As mais relevantes foram a “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana” (1922), a “Revolução Paulista” (1924), e a “Coluna Miguel Costa-Prestes” (1925-1927). Todas acabaram controladas por forças leais ao governo.

Em outubro de 1930, porém, uma aliança de “tenentes” e políticos insatisfeitos com o resultado da eleição presidencial, gerou uma revolta armada que levou ao poder Getúlio Vargas. Este permaneceria na liderança do governo por 15 anos: de 1930 a 1934, como chefe provisório; de 1934 a 1937, como presidente constitucional e, de 1937 a 1945, como presidente do “Estado Novo” (regime ditatorial). Nesse tempo, sufocou importantes movimentos armados que contestavam sua posição: a “Revolução Constitucionalista” (1932), a “Intentona Comunista” (1935) e o “Levante Integralista” (1938).

A economia nacional desestabilizou-se em 1929, em reflexo do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que afetou seriamente o preço internacional do café, produto extremamente importante da pauta de exportações do País. Na década de 1930, a prioridade foi solucionar a crise financeira gerada por tal evento. Por outro lado, a indústria nacional ganhara impulso na I Guerra Mundial, quando muitos estabelecimentos foram criados para atender a demanda interna por manufaturados, que momentaneamente não podiam ser importados dos países envolvidos no conflito. Nos anos 1930, Getúlio Vargas reforçou os estímulos voltados para a industrialização, o que era desejo de importantes chefes militares que respaldavam seu governo (estes consideravam a industrialização imprescindível para a segurança nacional, já que possibilitaria a produção interna de armamentos e equipamentos militares, livrando o Brasil de sua histórica dependência de artigos bélicos fabricados no exterior).

A população brasileira, que era de aproximadamente 30,6 milhões em 1920, chegou a 41,2 milhões vinte anos depois.<sup>516</sup> A condição de vida da maioria do povo, porém, continuava precária. Dessarte, em 1940, a expectativa de vida dos nascidos no País era de 42 anos.<sup>517</sup>

Quanto ao Exército, em 1921, o ministro da Guerra Pandiá Calógeras asseverou que vinham sendo tomadas medidas para reorganizá-lo à luz da experiência da Grande Guerra. Não obstante, considerava que isso deveria ser feito de acordo com a realidade nacional, distinta da europeia.<sup>518</sup>

Para auxiliar na modernização, foi contratada uma missão militar na França, que estendeu seus trabalhos de 1920 até 1940. O general Maurice Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, proferiu as seguintes palavras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1920:

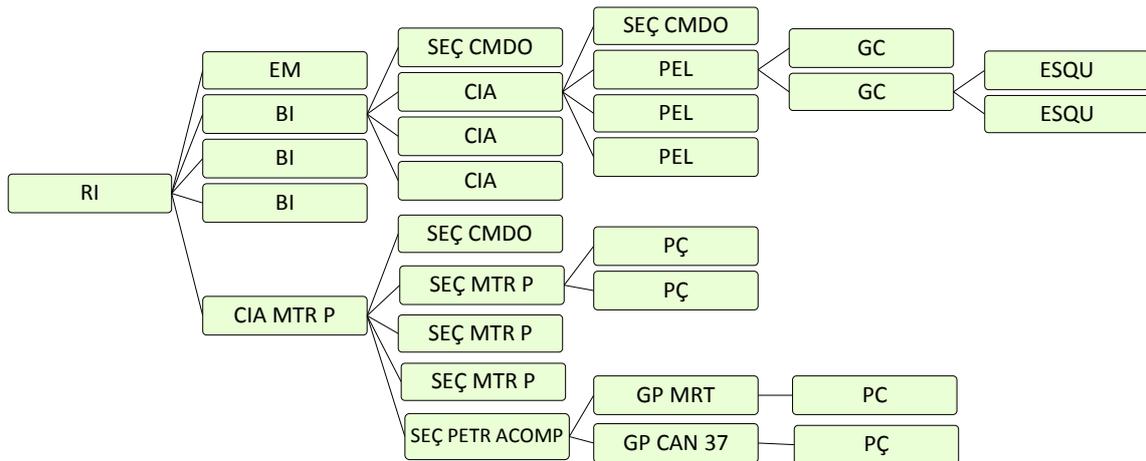
---

<sup>516</sup> 1) BRAZIL, 1926, p. VIII-X. 2) BRASIL. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p.1/Quadro I.

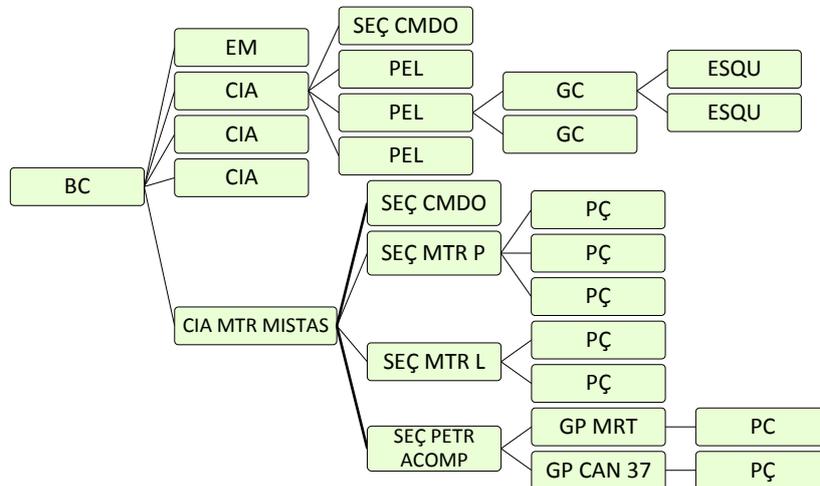
<sup>517</sup> BRASIL. IBGE. **Estatística do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006. Gráfico nº 4.

<sup>518</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. p. 53-56.

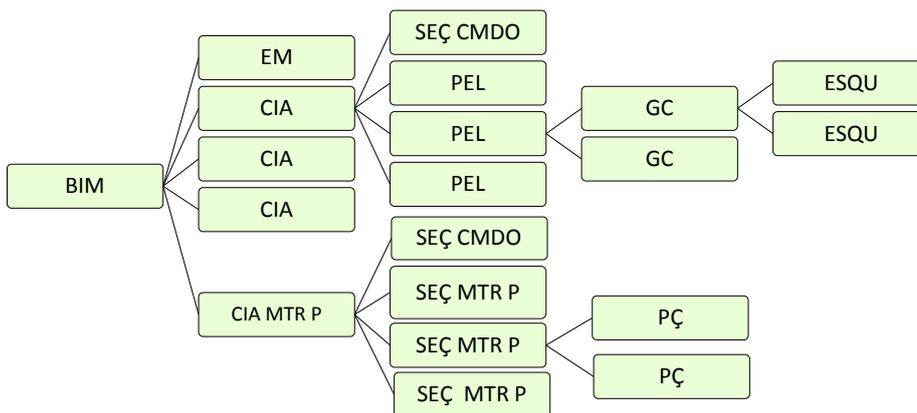
ORGANOGRAMA IV – ORGANIZAÇÃO DO REGIMENTO DE INFANTARIA, 1921<sup>526</sup>



ORGANOGRAMA V – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE CAÇADORES, 1921



ORGANOGRAMA VI – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA MONTADO, 1921



<sup>526</sup>CALÓGERAS, 1922, Anexo “A” – Leis e decretos, p. 46. 2) **Abreviaturas:** RI (Regimento de Infantaria), BC (Batalhão de Caçadores), BIM (Batalhão de Infantaria Montado), BI (Batalhão de Infantaria), EM (Estado-Maior), Cia (Companhia), Cia Mtr P (Companhia de Metralhadoras Pesadas), Cia Mtr Mistas (Companhia de Metralhadoras Mistas), Cia Mtr L (Companhia de Metralhadoras Leves), Seç Cmdo (Seção de Comando), Pel (Pelotão), Seç Mtr P (Seção de Metralhadoras Pesadas), Seç Mtr L (Seção de Metralhadoras Leves), Seç Petr Acomp (Seção de Petrechos de Acompanhamento), GC (Grupo de Combate), Gp Mrt (Grupo de Morteiro), Gp Can 37 (Grupo de Canhão 37 mm), Esqu (Esquadra) e Pç (Peça).

Faz-se importante acentuar que muitas prescrições relativas às novas formas de instrução encontravam resistência em determinados quartéis. Segundo Cordeiro de Farias, os tenentes formados de acordo com as novas concepções doutrinárias, eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam “*Não me venham com estas ideias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas*”.<sup>571</sup>

O emprego da infantaria passou a ser orientado pelo “Regulamento para os Exercícios e o Combate de Infantaria”, publicado em duas partes, em 1920 e em 1921 (revisto em 1932).<sup>572</sup> Em relação ao combate, o referido documento partia das seguintes premissas:

*A experiência da guerra mundial de 1914-1918 se por um lado mostrou, por assim dizer, a imutabilidade dos princípios táticos em que assenta a doutrina de guerra, tornou também patente, com toda a autoridade inerente à demonstração por fatos, que os processos de combate devem acompanhar estritamente a evolução dos diversos materiais. No que diz respeito à infantaria, orientou-se a evolução de preferência para o domínio das armas automáticas de grande rapidez de fogo: o aumento de potência por elas adquirido e a sua larga dotação à tropa erigiram-nas em rainhas incontestadas do campo de batalha sempre que, em consequência da proximidade dos dois adversários, dos abrigos oferecidos pelo terreno ou de outra qualquer causa, não se achavam expostas ao fogo dos canhões inimigos.*<sup>573</sup>

Caberia, portanto, à infantaria adaptar sua doutrina ao emprego intensivo de novos armamentos, como metralhadoras, fuzis-metralhadores, petrechos de acompanhamento (morteiros e canhões 37 mm), e granadas de mão e de fuzil (bocal).<sup>574</sup>

Para tanto, fez-se necessário a adoção dos grupos de combate (GC), em substituição da linha de atiradores.<sup>575</sup> Tal fração, célula básica da infantaria, deveria ter uma constituição invariável, exercendo seus integrantes atribuições particulares, conforme consta no Quadro XLIX, p. 174. Seria formado por duas esquadras: uma delas responsável pelo serviço da arma automática (fuzil-metralhador) e a outra pela proteção da arma automática. O comando do GC deveria ser exercido por um sargento (tipos de formações ofensivas dos GCs podem ser visualizados no Esboço XXXIV, p. 176).<sup>576</sup>

Assim, passou-se a considerar que não mais deveria existir atirador isolado, pois caberia a todos os soldados atuar voltados para o emprego do fuzil-metralhador, arma mestra do GC: “*É ela quem lhe dirige a ação em todas as circunstâncias e todos os homens do grupo não são mais do que seus auxiliares, imediatos ou mediatos. Uns protegem-na a maior ou menor distância e servem-na os outros, transportam-na e a reabastecem*”.<sup>577</sup>

---

<sup>571</sup> FARIAS, 1981, p. 66-67.

<sup>572</sup> 1) BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920. 2) BRASIL. Decreto nº 15.050, de 17 de outubro de 1921. 3) BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria**. Nº 5. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1943. 4) BRASIL. Decreto nº 21.230, de 31 de março de 1932.

<sup>573</sup> BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920.

<sup>574</sup> Ibid.

<sup>575</sup> Antes eram formadas linhas de atiradores para se manter o fogo em uma frente contínua. Com o GC poderia haver intervalos na referida frente, desde que estes pudessem ser batidos pelos fogos de uma esquadra.

<sup>576</sup> BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920.

<sup>577</sup> Ibid.

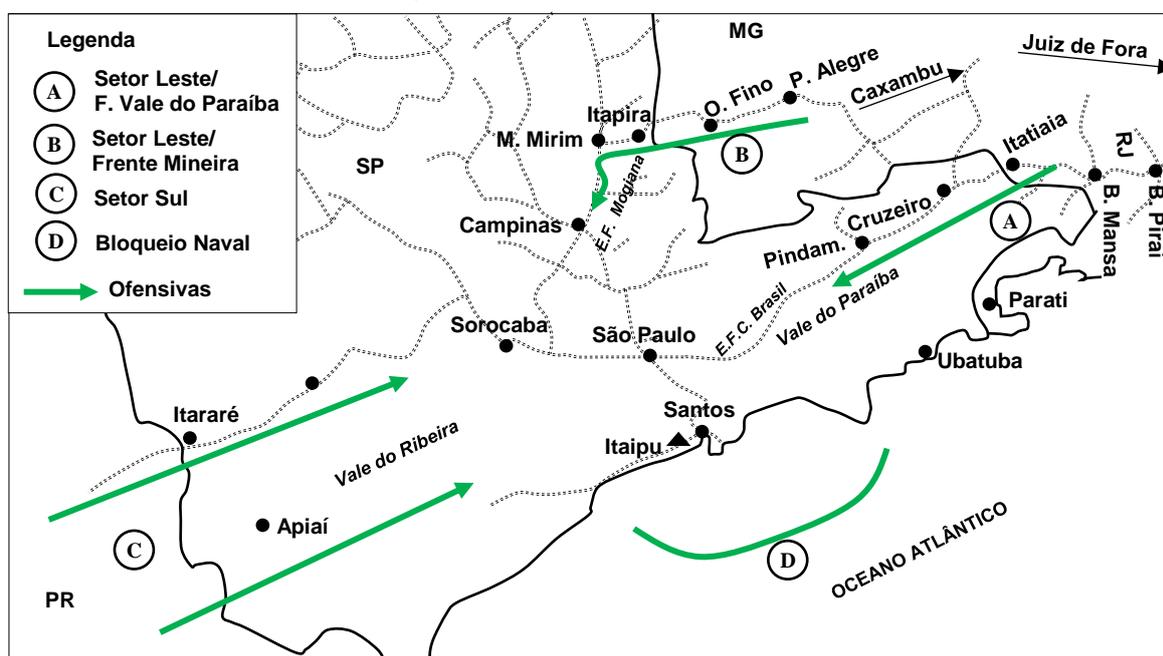
- Frente Mineira: rechaçar provável incursão constitucionalista em território mineiro empregando tropas da 4ª DI, e depois contra-atacar, agindo nas regiões nordeste e centro paulistas, ocupando, inicialmente, Itapira e Mogi Mirim, e depois, infletindo para sudeste, Campinas, de forma a ameaçar a capital paulista. Para tanto, o grosso das tropas deveria ser concentrado no eixo Juiz de Fora - Caxambu - Pouso Alegre - Ouro Fino.

b) Setor Sul, sob comando do general Valdomiro Castilho de Lima, compreendia regiões entre os limites de São Paulo e Paraná. A missão era lançar ofensiva, com tropas da 3ª e 5ª RMs, com o objetivo de adentrar em território paulista, a partir da região de Itararé e do vale do Ribeira.<sup>609</sup>

Também foi ordenado que a Marinha bloqueasse o porto de Santos e que a navegação no rio Paraná fosse monitorada, para impedir a chegada de quaisquer suprimentos em São Paulo, porventura adquiridos no exterior.

Figueiredo, por sua vez, pensou em retomar a ofensiva rumo à capital federal, o que dever-se-ia dar em 16 de julho. O primeiro objetivo seria a ocupação de Resende. Todavia, levados os planos a conhecimento de oficiais imediatamente subordinados, julgou-se que a ação não lograria êxito. E, assim, para o comandante da 2ª DIO “a Divisão *quedou-se nas suas posições, condenada a fazer a guerra de trincheira. Muita bravura, muita abnegação, grandes sacrifícios, mas pouca disposição de ir em frente, e poucos recursos para tentá-lo*”.<sup>610</sup>

ESBOÇO XXXVI – PLANO VARGUISTA<sup>611</sup>



<sup>609</sup> 1) TÁVORA, 1976, p. 79-80. 2) FARIAS, 1981, p. 202-203. 3) FIGUEIREDO, 1977, p. 174. 4) Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal “Diário da Manhã”, Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

<sup>610</sup> FIGUEIREDO, 1977, p. 174.

<sup>611</sup> Adaptado do: Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal “Diário da Manhã”, Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

## PARTE VI

### A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

*Numa ocasião anterior, quando a FEB era bem-vinda ao V Exército, eu frisei que esperávamos grandes feitos de uma organização que mostrou tanta habilidade e entusiasmo no treinamento. A performance da FEB, nos seus primeiros combates em um setor do V Exército, indica que nossas expectativas serão justificadas. Vossas tropas, sob vosso comando, entraram em linha com confiança, tomaram a iniciativa e se deslocaram para a frente com ardor, ocupando sucessivamente posições no terreno no curso de seu avanço inicial. A despeito da presença de demolições, áreas fortemente minadas e observatórios inimigos em pontos dominantes, que permitiam à artilharia inimiga atirar contra as forças da FEB, vossas tropas avançaram resolutamente para a frente. [...]. Poucas horas após ter lançado os primeiros combates, capturastes a cidade de Massarosa. Confio que este é o primeiro dos muitos objetivos militares que seguirão às subseqüentes operações como Capturados Pela Força Expedicionária Brasileira.<sup>642</sup>*

Mark Clark, 1944

No início da II Guerra Mundial, os países da América optaram pela neutralidade. No entanto, anteveendo possíveis ataques, seus representantes reuniram-se em Havana, em julho de 1940, quando assinaram acordo de assistência recíproca e cooperação defensiva.<sup>643</sup> Assentaram que *“todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como ato de agressão contra todos que firmam esta declaração”*.<sup>644</sup>

O ataque do Japão a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, levou os Estados Unidos a entrar em guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Diante disso, os países americanos voltaram a se reunir, agora no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. No final do encontro, o governo brasileiro, honrando seus compromissos, informava que *“os Embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o Encarregado de Negócios do Brasil em Roma haviam passado nota aos Governos junto aos quais estavam acreditados, comunicando que [...] o Brasil considerava rotas suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão”*.<sup>645</sup>

---

<sup>642</sup> Telegrama do general Mark Clark para o general Mascarenhas de Moraes. Transcrito no Boletim Interno nº 38, de 22 de setembro de 1944. In: MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p. 335-336.

<sup>643</sup> ARANHA, Oswaldo. Relatório do ano de 1940, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em abril de 1941, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 20.

<sup>644</sup> Apud MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 23-24.

<sup>645</sup> ARANHA, Oswaldo. Relatório do ano de 1942, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 7.

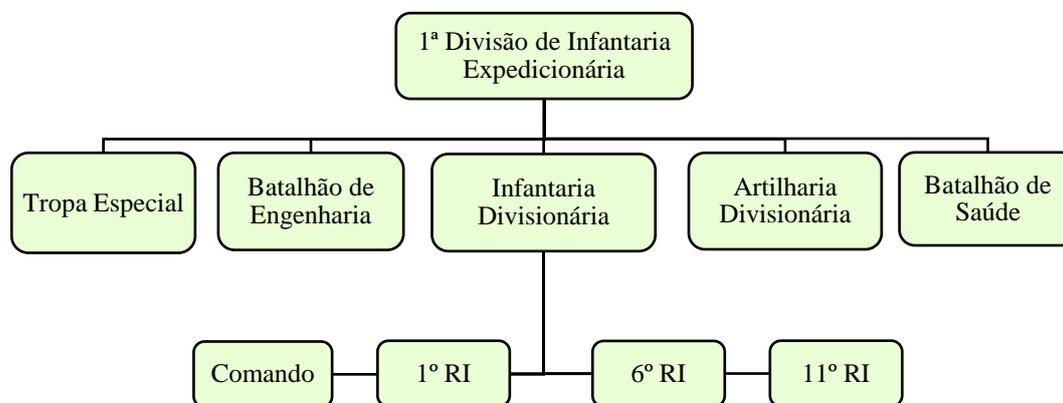
O general João Baptista Mascarenhas de Moraes foi nomeado comandante da 1ª DIE, que seguia o modelo das norte-americanas, com algumas adaptações. Seus principais elementos de combate eram a Infantaria Divisionária, a Artilharia Divisionária, o 9º Batalhão de Engenharia e o Esquadrão de Reconhecimento. O efetivo previsto era de 25.445 homens.

A Infantaria Divisionária era composta por três regimentos, que juntos somavam 9.768 combatentes. Para comandá-la, foi nomeado o general Zenóbio da Costa (vide estrutura da 1ª DIE no organograma abaixo, e da Infantaria Divisionária, no Quadro XL, p. 199).

Estabelecida a organização, tratou-se de definir as unidades que integrariam a força expedicionária. No caso da infantaria, foram selecionados o 1º RI, da capital da República (Regimento Sampaio); o 6º RI, de Caçapava (Regimento Ipiranga); e o 11º RI, de São João del-Rei (Regimento Tiradentes). Tais regimentos foram comandados, na ordem, pelos coronéis Aguinaldo Caiado de Castro, João Segadas Vianna e Delmiro Pereira de Andrade.

Cabe-se salientar que a FEB seguiu para a Itália em cinco escalões: o primeiro em 2 de julho de 1944, composto por 5.075 homens, na sua maioria do 6º RI; outros dois em 22 de setembro, com o 1º e o 11º RIs, mais outras tropas; o quarto em 23 de novembro e o quinto em 8 de fevereiro de 1945, estes com os integrantes do Depósito de Pessoal, destinados a completar os claros que surgiam nas unidades que já combatiam.<sup>656</sup>

ORGANOGRAMA VII - ESTRUTURA DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA<sup>657</sup>



<sup>656</sup> MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 38-40.

<sup>657</sup> 1) CASTELLO BRANCO, 1960, Organograma anexo entre as p.128 e 129. 2) Composição da Artilharia Divisionária: comando, bateria de comando, três grupos de obuses 105 (constituídos por: comando, bateria de comando, três baterias de obuses e bateria de serviços) e um grupo de obuses 155 (constituído por: comando, bateria de comando, três baterias de obuses e bateria de Serviços). 3) Composição do Batalhão de Engenharia: comando, companhia de comando e serviços, destacamento de saúde e três companhias de engenharia. 4) Composição do Batalhão de Saúde: comando, companhia de triagem e três companhias de evacuação. 4) Composição da Tropa Especial: Quartel General, Companhia do Quartel-General, Pelotão de Polícia Militar, Companhia de Intendência, Companhia de Comunicações, Companhia de Manutenção, Destacamento de Saúde, Esquadrão de Reconhecimento e Banda. 5) Havia também os órgãos não divisionários, destinados a dar suporte à 1ª DIE (integravam a FEB, mas não a 1ª DIE): Inspetoria Geral, Estado-Maior (Zona Interior), Seção de Saúde, Seção da Base Brasileira, Seção de Justiça, Depósito de Pessoal, Depósito de Intendência, Serviço Postal, Agência do Banco do Brasil e Pagadoria Fixa.

QUADRO XLX - ESTRUTURA DA INFANTARIA DIVISIONÁRIA<sup>658</sup>

	Oficiais	Praças	Total
Três Regimentos de Infantaria	456	9.312	9.768
<b>REGIMENTO DE INFANTARIA</b>			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Comando e Estado-Maior	11	-	11
Companhia de Comando	4	96	100
Destacamento de Saúde	9	126	135
Companhia de Serviços	11	103	114
Companhia de Canhões Anticarro	7	158	165
Companhia de Obuses	5	113	118
Três Batalhões de Infantaria	105	2.508	2.613
Total Geral	152	3.104	3.256
<b>BATALHÃO DE INFANTARIA</b>			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Comando	4	-	4
Companhia de Comando	5	117	122
Companhia de Petrechos Pesados	8	158	166
Três Companhias de Fuzileiros	18	561	579
Total Geral	35	836	871
<b>COMPANHIA DE FUZILEIROS</b>			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Seção de Comando	2	10	12
Três Pelotões de Fuzileiros	3	144	147
Pelotão de Petrechos Leves	1	33	34
Total Geral	6	187	193
Obs.: a seção de comando possuía efetivo variável. Era composta por diversos militares com missões específicas: comandante da companhia, subcomandante, sargenteante, sargento de comunicações, mensageiros, cozinheiros, entre outros.			
<b>PELOTÃO DE FUZILEIRO</b>			
Grupo de Comando	Um tenente (comandante), um sargento (subcomandante), um guia e dois mensageiros		5
Três Grupos de Combate	Cada um composto por um sargento (comandante), um cabo (subcomandante) e dez soldados (quatro fuzileiros, três da guarnição do fuzil automático, dois esclarecedores e um granadeiro)		36
Grupo de Fuzil Automático*	Um sargento (comandante), um cabo (subcomandante) e seis soldados (formavam trios ou duplas, dependendo se dispunham de três ou duas peças)		8
Total Geral			49
*Obs.: a grupo de fuzil automático estava previsto no manual FM 7-5, de 1940; mas não no FM 7-10, de 1942. Portanto, a infantaria da FEB não deve tê-lo adotado.			
<b>PELOTÃO DE PETRECHOS LEVES</b>			
Grupo de Comando	Um tenente (comandante), um sargento (subcomandante), um cabo responsável pelo transporte, dois mensageiros e dois motoristas		7
Seção de Metralhadora Leve	Um sargento (chefe), um mensageiro e mais a guarnição de duas peças (um atirador, um assistente do atirador e dois auxiliares)		10
Seção de Morteiro 60 mm	Um sargento (chefe), um mensageiro e mais a guarnição de três peças (um cabo atirador/chefe, um assistente do atirador e três auxiliares)		17
Total Geral			34

<sup>658</sup> 1) CASTELO BRANCO, 1960, Organograma anexo entre as p.128 e 129. 2) USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-5**: Organization and tactics of infantry the rifle battalion. Washington:United States Printing Office, 1940. 3) USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-10**: Rifle Company, Rifle Regiment. Washington: United States Printing Office, 1942. 4) CARVALHO, Nelson Rodrigues de. **Do Terço Velho ao Sampaio da F.E.B.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Americana, [c.a. 1952]. p. 69.

Os aliados contavam com cerca de 900 mil soldados e dispunham de superioridade de meios bélicos, inclusive aéreos. As tropas do Eixo somavam cerca de 300 mil combatentes e tinham estabelecido boas posições defensivas.<sup>714</sup>

No momento em que o Dst FEB entrou em ação, as tropas do XV Grupo de Exércitos realizavam a “Operação Olive”. Em linhas gerais, o plano dos aliados era romper a Linha Gótica, apoderar-se de Bolonha (importante entroncamento rodoferroviário), e adentrar no vale do Pó tendo em vista perseguir, cercar e capturar as forças inimigas remanescentes, evitando que se retirassem da Itália pelos passos alpinos.

Ao 4º C Ex cabia atuar como força de cobertura, ou seja, fixar as forças adversárias posicionadas na parte oeste da Linha Gótica, impedindo-as de se deslocar para as frentes em que se realizariam os ataques principais.<sup>715</sup>

Tendo em vista iniciar suas operações, o Dst FEB foi incumbido de atuar nas proximidades do mar da Ligúria, entre a FT 45 e a 1ª Div Bld (Esboço XLII, p. 219). Era uma região relativamente calma da linha de frente e as ações serviriam para ambientar os soldados brasileiros sobre a realidade do combate.<sup>716</sup> Manoel Castello Branco, oficial de comunicações do 1º RI, relata:

*Tratava-se de cumprir uma missão simples, numa larga frente, a cavaleiro do divisor de águas balizado pelo mar Tirreno a W e o rio Serchio a E, cujo terreno, extremamente acidentado, rochoso e ravinoso, elevava-se, gradativamente, de 300 metros de altitude, na linha de partida, a 1.300 metros no M. Prano, fazendo antever caminhadas longas e fatigantes.<sup>717</sup>*

A missão do Dst FEB seria substituir a FT 45, manter contato com a 1ª Div Bld que operava a leste, sondar o dispositivo do inimigo e persegui-lo, caso este retraísse. Em oposição aos brasileiros operavam tropas da 42ª DI (DEU).<sup>718</sup>

A atuação do Dst FEB iniciou-se no dia 15 de setembro e resultou em uma série de sucessos frente às tropas inimigas, que nos primeiros embates não ofereceram sérias resistências, preferindo retrair para pontos fortes da Linha Gótica. Assim, com relativa facilidade, frações do 6º RI desalojaram forças adversárias das localidades de Massarosa, em 16 de setembro, e Camaione, dois dias depois.<sup>719</sup>

Dando prosseguimento as ações, as tropas brasileiras passaram a se movimentar para envolver e capturar Monte Prano, usado como observatório pelo inimigo. Mascarenhas de Moraes descreve o que se passou:

*Durante seis jornadas (de 21 a 26 de setembro), plenas de flutuações e peripécias, nossos canhões e tanques americanos castigaram e afinal romperam todos os esteios do intrincado dispositivo. Lançou-se contra Monte Prano, em arrojada ação de patrulhas, um pelotão da 2ª Companhia do 6º RI, enquanto os canhões aliados prosseguiram na tarefa de abrandamento dessa região-chave, entre as quais se distinguem as das baterias brasileiras instalados em Babbano.*

---

<sup>714</sup> Ibid., p. 23.

<sup>715</sup> Ibid., p. 27.

<sup>716</sup> Ibid., p. 33.

<sup>717</sup> CASTELLO BRANCO, 1960, p. 191. Para o *Istituto idrografico della Marina* (Itália), a costa a que se refere o autor é banhada pelo mar da Ligúria.

<sup>718</sup> SAVIAN, 2016, p. 35.

<sup>719</sup> Ibid., p. 35.

Prossegue:

*Após duas jornadas de marcha e ligeiros combates com elementos contrários, essa patrulha, comandada pelo tenente Mário Cabral de Vasconcelos, conseguiu alcançar o terço superior de Monte Prano. Na jornada de 26 de setembro, patrulhas brasileiras percorreram essa elevação e certificaram-se do abandono, pelo inimigo, dessa importante posição.*<sup>720</sup>

Entretanto, nos setores principais de combate, as ações não se vinham desenrolando conforme o planejado pelos aliados e a “Operação Olive” estava sob a ameaça de fracassar. Em face disso, Clark resolveu concentrar o máximo de suas tropas em um esforço final para conquistar Bolonha antes da chegada do inverno. Para isso, ordenou que a 1ª e a 6ª Divisões Blindadas passassem para o comando direto do V Exército.<sup>721</sup> Em consequência, o 4º C Ex ficou com seu poder de combate reduzido, pois só passou a dispor do Dst FEB, da FT 92 e do 107º Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAE), dos Estados Unidos.<sup>722</sup>

A FT 92 passou a atuar na área onde antes operava a FT 45. Era formada predominantemente por tropas do 370º RI da 92ª DI (USA) (divisão que também vinha sendo transportada por escalões para a Itália). A FT 45 deixou temporariamente de operar; seria reorganizada nas proximidades de Pistoia e voltaria a atuar em novembro. Os artilheiros do 107º GAAAE haviam sido requalificados como infantes.<sup>723</sup>

Em razão desses reordenamentos, o Dst FEB recebeu nova missão: avançar pelo vale do Serchio em direção a Castelnuovo de Garfagnana (antes área de ação da 1ª Div Bld).<sup>724</sup>

O vale do Serchio é bastante estreito na região onde os brasileiros atuaram (não passa de 3 km), sendo emoldurado por altas elevações propícias para ações retardadoras. Nele há diversas localidades, destacando-se Borgo a Mozzano, Fornaci e Castelnuovo de Garfagnana. Para a tropa brasileira, o movimento ofensivo para o norte oferecia menor número de dificuldades se fosse realizado pela rodovia que seguia ao longo do rio (Esboço XLIII, p. 219).<sup>725</sup>

Zenóbio da Costa decidiu avançar pelo vale com o 3º/6º RI<sup>726</sup>; justaposto a esse e pela zona montanhosa a oeste progrediria o 2º/6º RI; em reserva e à retaguarda do 3º/6º RI seguiria o 1º/6º RI.<sup>727</sup>

A partir de 1º de outubro, os batalhões iniciaram sua progressão, que se deu inicialmente sem resistência. Dez dias depois, os brasileiros estavam em Barga, tendo percorrido cerca de 10 km e libertado várias localidades, entre as quais Ghivizzano e Fornaci. Faltavam, então, somente cerca de 6 km para se chegar a Castelnuovo de Garfagnana, objetivo final.<sup>728</sup>

---

<sup>720</sup> MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 180.

<sup>721</sup> SAVIAN, 2016, p. 37.

<sup>722</sup> Ibid.

<sup>723</sup> Ibid., p. 38. A supremacia aérea aliada na Frente Italiana permitia tal requalificação.

<sup>724</sup> CASTELLO BRANCO, 1960, p. 198.

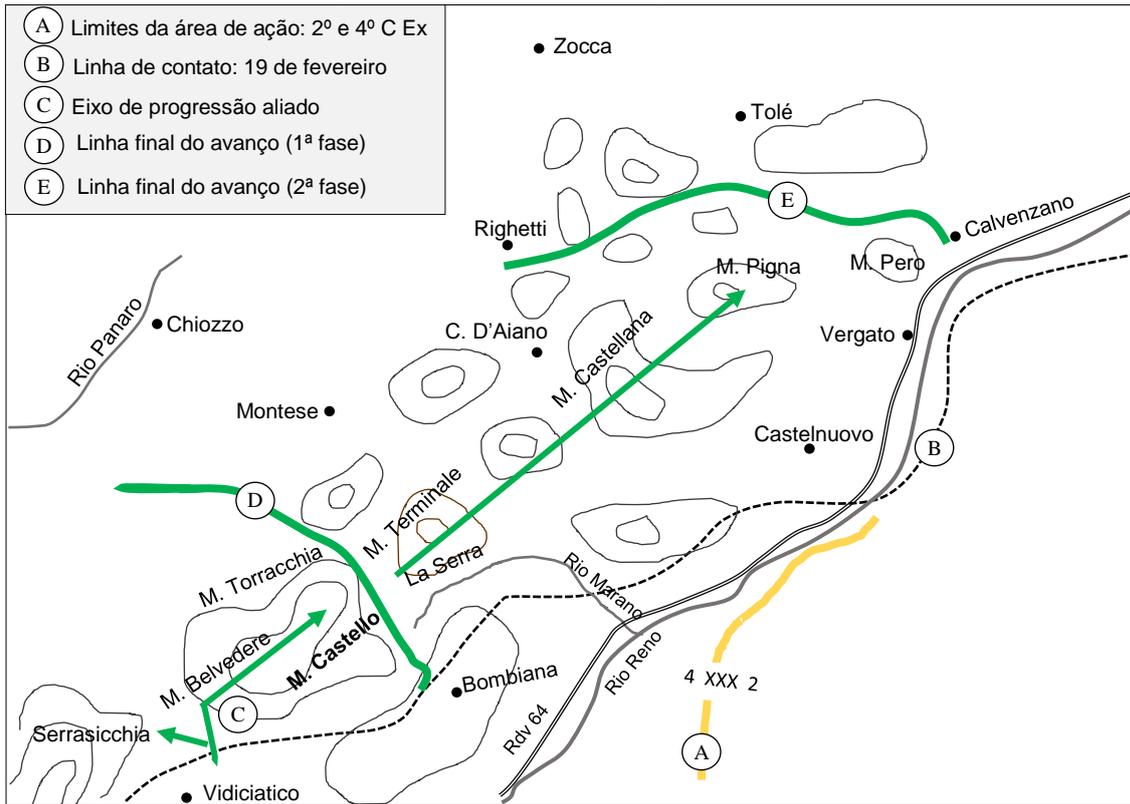
<sup>725</sup> SAVIAN, 2016, p. 38.

<sup>726</sup> 3º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Doravante seguir-se-á o seguinte modelo de abreviação para indicar subordinações de tropas, em que se partirá das frações menores para as maiores. Assim: 3º/11º/6º RI é igual a 3ª Companhia, do 11º Batalhão, do 6º Regimento de Infantaria.

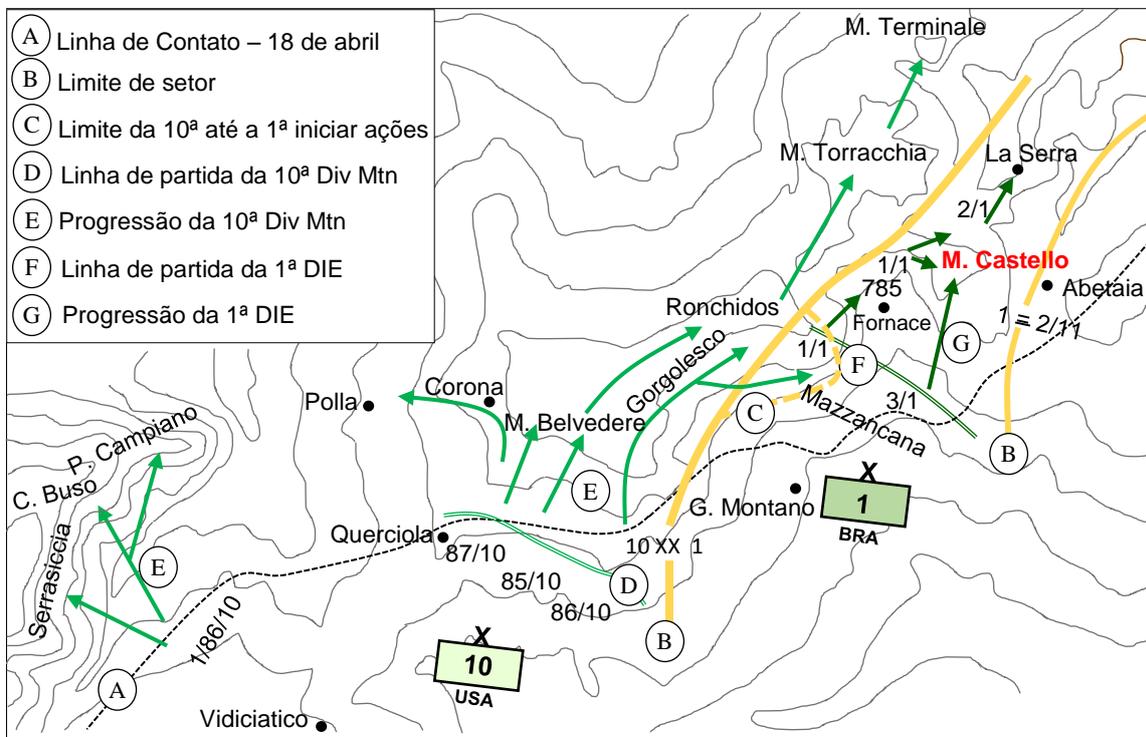
<sup>727</sup> SAVIAN, 2016, p. 38.

<sup>728</sup> Ibid., p. 38-39.

ESBOÇO LI – PLANO DA OPERAÇÃO ENCORE <sup>783</sup>



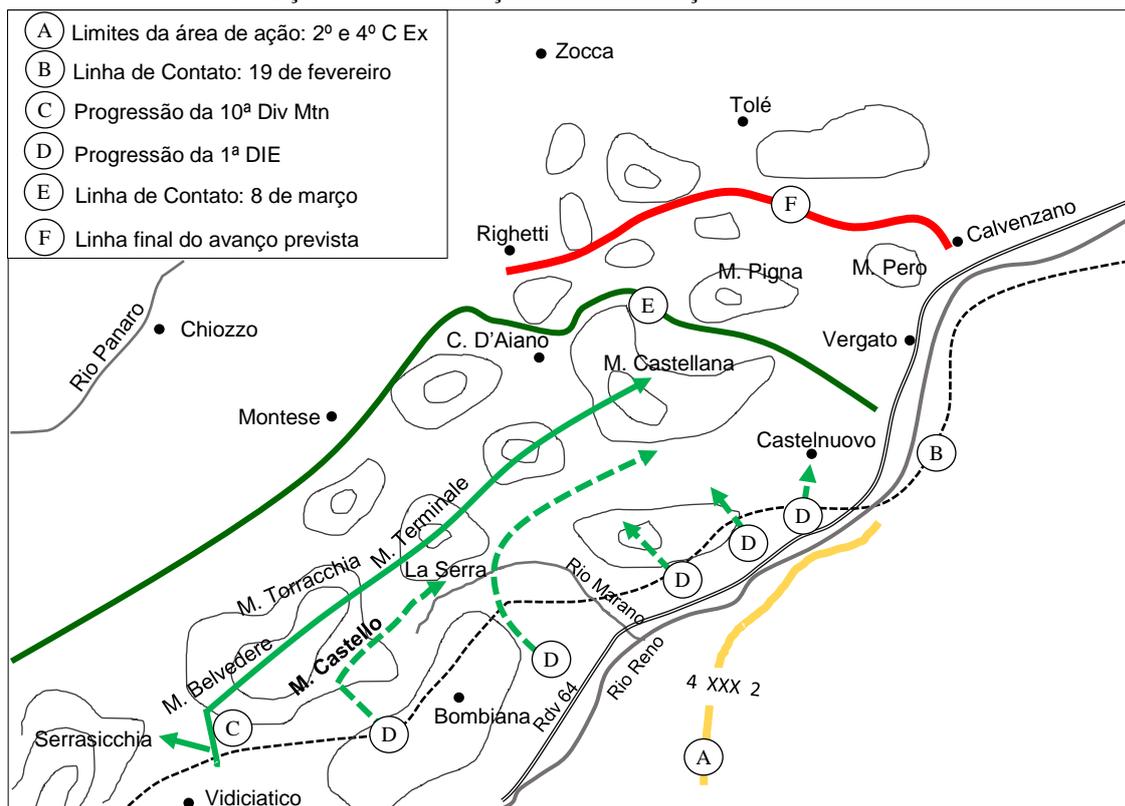
ESBOÇO LII – EXECUÇÃO DO PLANO ENCORE (1ª FASE) <sup>784</sup>



<sup>783</sup> Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.

<sup>784</sup> Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.

ESBOÇO LIII – EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO ENCORE <sup>785</sup>



Em abril, com a melhora das condições climáticas, os aliados lançaram a “Operação Grapeshot” (Ofensiva na Primavera). O plano geral era semelhante ao da Olive, ou seja, romper a Linha Gengis Khan (nova posição articulada pelas tropas do Eixo), conquistar Bolonha e perseguir o inimigo pelo vale do Pó.

Os aliados continuavam com ampla superioridade bélica e contavam, ainda, com o apoio de milhares de *partisans* (guerrilheiros italianos). Os alemães ressentiam-se cada vez mais da falta de suprimentos, pois suas linhas de comunicações eram implacavelmente atacadas pela aviação aliada.<sup>786</sup>

O 4º C Ex tinha como principais elementos de combate a 1ª DIE, a 10ª Div Mtn e a 1ª Div Bld (USA) (Organograma IX, p. 234). Tais tropas enfrentariam a 114ª e 334ª DI (DEU).

Crittenberger ordenou que a 10ª Div Mtn e a 1ª Div Bld rompessem o dispositivo alemão a oeste da Rodovia 64, o que se deveria dar ultrapassando três linhas sucessivas, que denominou “verde”, “marron” e “preta”. Caberia à 1ª DIE proteger o flanco esquerdo da 10ª Div Mtn e conquistar o maciço triangular balizado pela linha Montese/P Cot 888/Montello, ocupado pela 114ª DI (DEU). Esta ação da tropa brasileira impediria que reservas inimigas, posicionadas no referido maciço, fossem deslocadas para a área de atuação da 10ª Div Mtn, o que era preocupação do comandante desta força. Também possibilitaria aos brasileiros, se fosse o caso, avançar até o rio Panaro (Esboço LIV, p. 234).<sup>787</sup>

<sup>785</sup> Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.

<sup>786</sup> SAVIAN, 2016, p. 65.

<sup>787</sup> Ibid., p. 73.

Em 21 de abril, tropas aliadas conquistaram Bolonha, depois de romperem a linha Gengis Khan em diversos setores. Concomitantemente, iniciava-se a perseguição das tropas do Eixo que buscavam alcançar os passos alpinos.

A vanguarda da 1ª DIE havia seguido de Montese para Vignola. Em 22 de abril, Mascarenhas de Moraes recebeu de Crittenberger a missão de seguir na direção noroeste; substituir elementos da 34ª DI (USA) à medida que esta avançasse; cobrir o flanco esquerdo do 4º C Ex, protegendo a Rodovia 9; e bloquear as saídas dos Apeninos para o norte e nordeste. Sua zona de ação se estenderia dos Apeninos até Rodovia 9, exclusive. O eixo de progressão brasileiro seria Modena – Placência – Alessandria. A 34ª DI havia sido transferida do 2º para o 4º C Ex.<sup>801</sup>

A preocupação principal dos aliados, nesse setor, era o possível retraimento da 148ª DI (DEU) e da 1ª DI (ITA). Estas, da Ligúria, onde se encontravam, poderiam cruzar os Apeninos, atravessar o vale do Pó e assim chegar aos Alpes.<sup>802</sup>

Para atravessar os Apeninos, as referidas forças do Eixo poderiam fazer uso de quatro rodovias principais: 12, 63, 62 e 45. Nesse contexto, cabia a 1ª DIE bloquear tais rodovias e ao mesmo tempo avançar em direção a Alessandria. Segundo Mascarenhas de Moraes: “[...] as duas servidões aparentemente se chocavam. [...]. As operações exigiriam parte dos meios de infantaria em momentânea defensiva, com a frente para o sul, enquanto os meios restantes se deslocariam seguindo pelo eixo Vignola – S. Polo D’Enza – Collecchio – Fidenza”.<sup>803</sup>

Para dar agilidade às tropas de infantaria, Mascarenhas de Moraes lançou mão de parte das viaturas da artilharia. Assim, no dia 23, tropas brasileiras chegaram a Sassuolo, bloqueando a Rodovia 12; no dia 24, a Montecavolo, barrando a Rodovia 63; e no 25, a S. Polo d’Enza (Esboço LVIII, p. 241). Até aquele momento, o avanço fora feito quase sem reação do inimigo. O próximo objetivo da 1ª DIE era bloquear a Rodovia 62, que passava por Collecchio e Fornovo di Taro.<sup>804</sup>

Adhemar da Costa Machado relata:

*Houve, então, uma fase de perseguição [...]. Começamos a encontrar fracas resistências, normalmente a cavaleiro dos eixos, e tivemos habilidade de não perder tempo com problemas menores. Com isso, o problema desaparecia, eles se entregavam. O importante era não deixarmos que os remanescentes do Vale do Panaro atravessassem o Rio Pó para o lado de lá dos Alpes. Havia, entre esses alemães que recuavam, duas Divisões e algumas outras frações. Uma, ainda, com sua estrutura orgânica, de Divisão, inteira, embora com muitas baixas e sem viaturas, mas que oferecia resistência. Houve uma sucessão de ações bem coordenadas, onde se revezaram o 1º e o 6º RI.*<sup>805</sup>

Entrementes, no dia 26, em Collecchio, o Esq Rec/1ª DIE deparou-se com forças contrárias muito superiores às suas. Em seu reforço, foram deslocadas frações do 6º e do 11º

---

<sup>801</sup> SAVIAN, 2016, p. 86.

<sup>802</sup> Ibid., p. 88.

<sup>803</sup> MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 220.

<sup>804</sup> SAVIAN, 2016, p. 88.

<sup>805</sup> MACHADO, 2001, p. 130.

RI e a localidade foi cercada. Iniciou-se um combate que resultou na rendição dos alemães no dia seguinte. Com essa ação, foi bloqueada a Rodovia 62 e capturados “395 prisioneiros e copioso material, todos pertencentes à 90ª Div Bld”.<sup>806</sup>

Relatos de prisioneiros indicavam que a 148ª DI, comandada pelo general Otto Fretter-Pico, vinha da região de La Spezzia-Viarregio, em direção a Fornovo Di Taro – Collecchio – Parma. Em razão disso, o Comando brasileiro planejou uma manobra convergente sobre a região de Fornovo di Taro, com a finalidade de destruir ou levar à rendição as tropas adversárias.<sup>807</sup>

Coube ao 6º RI realizar o cerco aos alemães. Para isso, seu comandante ordenou que o 1º BI, apoiado por um pelotão blindado norte-americano, e por frações de artilharia e engenharia, seguisse a cavaleiro da estrada Collecchio – Fornovo di Taro a fim de ocupar Gaiano e Fornovo di Taro. Enquanto isso, o 2º BI seguiria pelo eixo S. Vitale – Neviano di Rossi com a missão de se apossar de Respiccio e assim cooperar para o sucesso do 1º BI. O 3º BI e o Esq Rec foram deslocados para a outra margem do rio Taro, na região de Felegara. Fechando o cerco, *partisans* encontravam-se na região de Viazzano (Esboço LIX, p. 241).<sup>808</sup>

No dia 28, as tropas brasileiras avançaram inquietadas por fogos de artilharia e armas automáticas, apertando o cerco sobre os alemães. Na noite de 28 para 29, estes atacaram em direção a Segalara, tendo em vista abrir caminho para o rio Pó, mas não obtiveram sucesso.<sup>809</sup>

Ainda no dia 28, iniciaram-se negociações entre o Comando brasileiro e o das tropas alemãs em termos de rendição incondicional. Esta foi aceita por volta das 5h30min, do dia 29, e, assim, os alemães começaram a depor as armas (soldados italianos que os acompanhavam fizeram o mesmo).<sup>810</sup> Segundo Brayner: “[...] no dia 30, a rendição estava concluída, tendo sido feitos 14.779 prisioneiros e todo o material de guerra da 148ª Divisão. [...]. Além dos remanescentes das Divisões ‘Itália’ e ‘Monte Rosa’ [...]”.<sup>811</sup>

Vicente Gratagliano, soldado do 6º RI, comenta:

*Os alemães se renderam, mas antes que o fizessem, ainda houve muito tiroteio. Fomos ao encalço deles com um pelotão da 2ª Companhia. O Capitão Ayrosa e um sargento vinham num jipe que passou por cima de uma mina; o jipe virou, morreu o motorista, o sargento eu não lembro o que aconteceu, mas o Capitão Ayrosa que tinha sido comandante da 2ª Companhia, era S3 do Batalhão, foi feito prisioneiro, gravemente ferido, pelos alemães que estavam lá. Quando a Divisão alemã se rendeu o Capitão foi posto em liberdade, ainda ferido. Tinha recebido tratamento inicial do próprio inimigo. Estávamos proporcionando cobertura a um pelotão da 2ª Companhia; eles entraram em combate, inclusive morreu um sargento desse pelotão, cujo nome era Andirás. Morreu no último dia de guerra.*<sup>812</sup>

---

<sup>806</sup> BRAYNER, 1968, p. 437.

<sup>807</sup> SAVIAN, 2016, p. 88-89.

<sup>808</sup> Ibid. p. 89.

<sup>809</sup> Ibid.

<sup>810</sup> Ibid.

<sup>811</sup> BRAYNER, 1968, p. 463.

<sup>812</sup> GRATAGLIANO, Vicente. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 294.

## PARTE VII

### PÓS-II GUERRA MUNDIAL

*Não somos, nunca fomos nação armamentista nem belicosa. Nossos anseios de convivência pacífica e fraternal com os outros povos, afirmados através de toda a nossa história e reafirmados no princípio constitucional de não nos envolvermos em guerra de conquista, não poderiam, entretanto, induzir-nos a descuidar da nossa própria segurança. [...]. Cuidou-se de completar a desmobilização do Exército e reintegrá-lo no regime de paz, já que essas tarefas não puderam ser totalmente cumpridas no ano anterior. Reduziram-se os efetivos em armas em mais de 30% e licenciou-se grande número de oficiais da Reserva. Várias unidades foram extintas, outras mantidas apenas com os elementos indispensáveis à guarda e conservação do material. Simultaneamente, procedeu-se a ampla reforma de toda a organização militar, à luz da nova conceituação dos fatores que a condicionam e das lições da nossa própria e da alheia experiência. [...]. Efetuou-se a remodelação do ensino em todos os seus graus e modalidades. [...]. A indústria militar, nos limites dos recursos postos a sua disposição, pôde prover as necessidades ordinárias do consumo de paz. Os estabelecimentos de produção continuaram a desempenhar o seu relevante papel de órgãos de estudos técnicos, de orientação industrial e de preparo de especialistas. Por meio de encomendas efetivas e de aquisições regulares, prosseguiu o Exército no incentivo a fabricação de artigos militares pela indústria privada, e, através de seus órgãos, continuou a acompanhar e auxiliar, quanto possível, o trabalho de exploração das riquezas minerais estratégicas.<sup>817</sup>*

Eurico Gaspar Dutra, 1947

Logo após a II Guerra Mundial, o Brasil passou a ser influenciado pela “Guerra Fria”, conflito político-ideológico travado pelos blocos Ocidental/Capitalista e Oriental/Socialista, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Com o colapso desta, em 1991, o País buscou inserir-se na nova ordem mundial que se delineava, marcada, principalmente, pela intensificação da globalização e dos avanços tecnológicos.

A retirada de Getúlio Vargas do poder e a realização de eleições presidenciais, em 1945, bem como a publicação de uma nova constituição, em 1946, sinalizavam que se buscava instaurar um regime plenamente democrático. Todavia, crises políticas rotineiras, entremeadas por questões ideológicas, levaram a instauração, em 1964, do “Regime Militar”, de caráter autoritário. Na segunda metade da década de 1980, com a elaboração de nova constituição e realização de eleições diretas para presidente, retomava o País seu caminho para a democracia.

---

<sup>817</sup> DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1947, pelo Presidente da República. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947. p. 103-106.

O crescimento econômico do Brasil no pós-guerra foi intenso, evidenciado pela crescente industrialização e aumento do PIB. Não obstante, não foi regular: houve décadas de elevado desenvolvimento, como a de 1970, e outras de estagnação, a exemplo da de 1980. A partir dos anos 1990, o desafio passou a ser inserir o País na “Revolução Digital”.

A população brasileira, que somava cerca de 41,2 milhões em 1940, chegou a 212 milhões em 2021.<sup>818</sup> Houve intenso processo de urbanização e a condição de vida do povo melhorou, embora não tenha atingido patamar satisfatório. De toda forma, a expectativa de vida dos nascidos no País, que era de 42 anos em 1940, passou para 76,6 anos, em 2019.<sup>819</sup>

Após a II Guerra Mundial, buscou-se introduzir no Exército a doutrina norte-americana, que os brasileiros absorveram nos campos de batalha da Itália ou em escolas militares estadunidenses. Todavia, pensava-se em adaptá-la à realidade nacional, a fim de se criar uma doutrina singular, o que foi ganhando corpo com o passar do tempo. Evidentemente, muitos dos ensinamentos da Missão Militar Francesa permaneceram, contribuindo para moldar a feição das tropas terrestres brasileiras.

Dessarte, em 1946, foi publicada nova reorganização do Exército. Quatro zonas militares passaram a enquadrar as dez regiões militares então existentes.<sup>820</sup> Dez anos depois, as zonas militares passaram a ser denominadas exércitos;<sup>821</sup> por sua vez renomeados, em 1985, comandos militares de área.<sup>822</sup> Em 2020, havia doze regiões militares e oito comandos militares de área.<sup>823</sup>

Pela reorganização de 1946, as divisões de infantaria e de cavalaria foram mantidas e previu-se a estruturação de uma divisão blindada e de outra aeroterrestre. As divisões deveriam ficar subordinadas a comandos de regiões militares (em 2020, encontravam-se subordinadas diretamente aos comandos militares de área).<sup>824</sup>

Em 1957, houve alteração na estrutura das divisões de infantaria (vide configuração das divisões de infantaria, em 1946 e em 1957, nos Organogramas X e XI, p. 245).<sup>825</sup>

A divisão blindada, prevista em 1946, acabou sendo estruturada somente em 1957, a partir do Núcleo da Divisão Blindada.<sup>826</sup> A divisão aeroterrestre não tomou forma. Somente foi criado, em 1952, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, transformado em brigada, em 1968. Em consequência, neste ano, o regimento de infantaria aeroterrestre que fazia parte do Núcleo deu lugar a três batalhões de infantaria aeroterrestres, com autonomia administrativa.<sup>827</sup>

---

<sup>818</sup> 1) BRASIL. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1/Quadro I. 2) BRASIL. IBGE. População do Brasil. *Site*.

<sup>819</sup> BRASIL. IBGE. Em 2017, a expectativa de vida era de 76,6 anos. *Site*.

<sup>820</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946. Eram as seguintes as zonas militares, suas sedes e regiões militares que enquadravam: Zona Militar do Leste, capital da República (1ª RM); Zona Militar do Centro, São Paulo (2ª, 4ª e 9ª RMs); Zona Militar do Sul, Porto Alegre (3ª e 5ª RMs) e Zona Militar do Norte, Recife (6ª, 7ª, 8ª e 10ª RMs).

<sup>821</sup> BRASIL. Decreto nº 39.863, de 28 de agosto de 1956.

<sup>822</sup> BRASIL. Decreto nº 91.778, de 15 de outubro de 1985.

<sup>823</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. Estrutura organizacional. *Site*. Em 2021, eram os seguintes os comandos militares de área, suas sedes, e regiões militares e divisões de exército que enquadravam: Comando Militar do Sudeste, São Paulo (2ª DE e 2ª RM); Comando Militar do Sul, Porto Alegre (3ª, 5 e 6ª DEs, e 3ª e 5ª RMs); Comando Militar do Leste, Rio de Janeiro (1ª DE e 1ª e 4ª RMs); Comando Militar do Nordeste, Recife (6ª, 7ª e 10ª RMs); Comando Militar da Amazônia, Manaus (12ª RM); Comando Militar do Planalto, Brasília (11ª RM); Comando Militar do Oeste, Campo Grande (9ª RM); e Comando Militar do Norte, Belém (8ª RM).

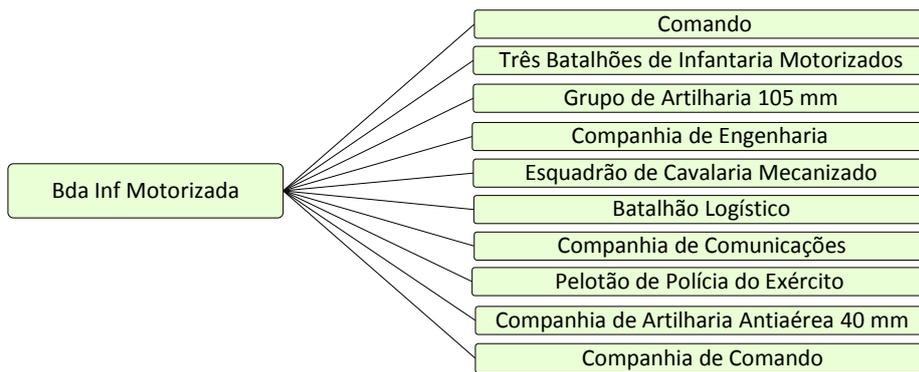
<sup>824</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946. Nas regiões militares onde havia uma só divisão, um comandante acumulava os dois comandos.

<sup>825</sup> BRASIL. Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957.

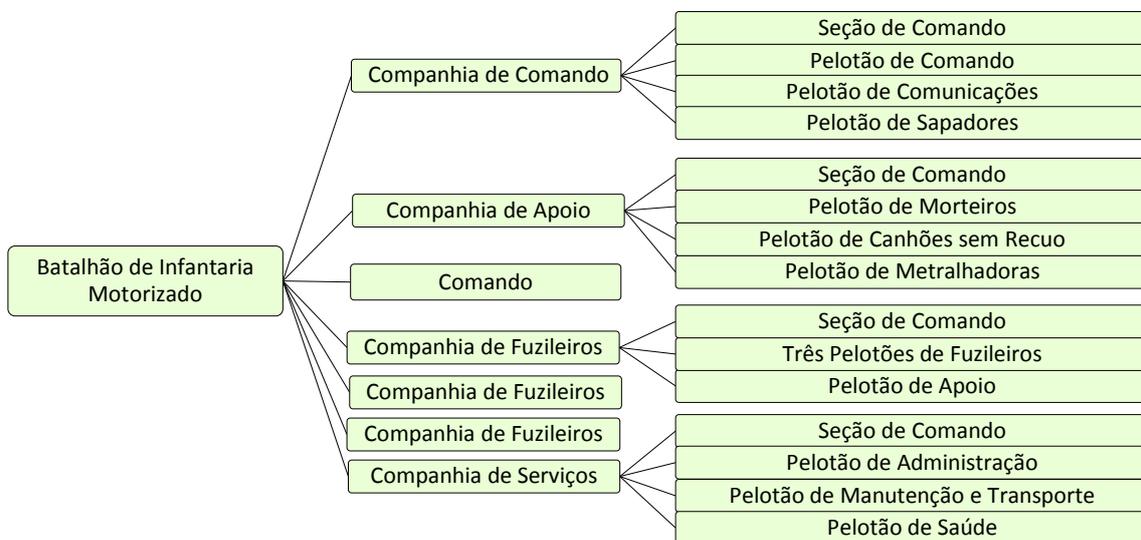
<sup>826</sup> BRASIL. Decreto nº 42.520, de 28 de outubro de 1957.

<sup>827</sup> BRASIL. Decreto nº 63.573, de 7 novembro de 1968.

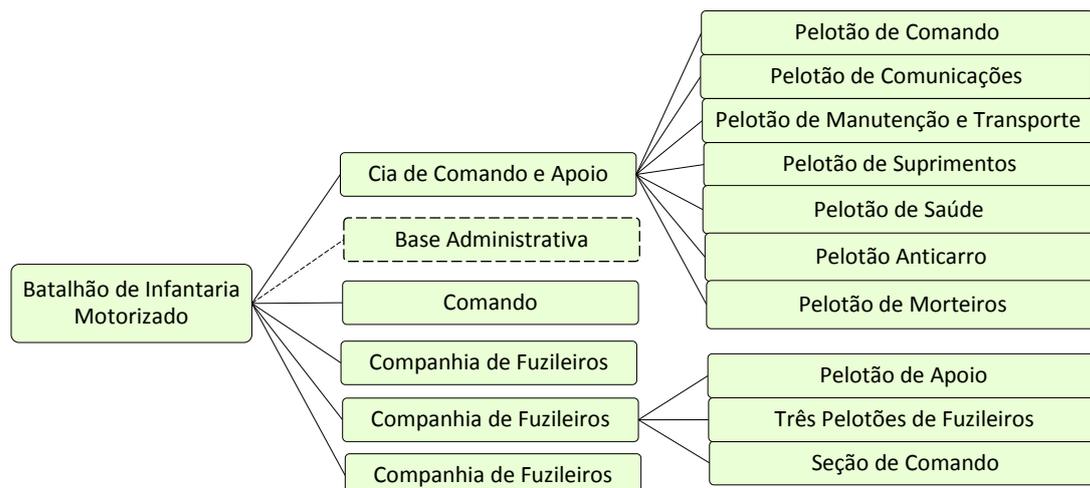
ORGANOGRAMA XV - COMPOSIÇÃO DE BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA, 1984<sup>843</sup>



ORGANOGRAMA XVI - COMPOSIÇÃO DE BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, 1974<sup>844</sup>



ORGANOGRAMA XVII - COMPOSIÇÃO DE BTL INF MOTORIZADO, 2003.<sup>845</sup>



<sup>843</sup> BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-30: **Brigadas de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1984. p. 1-4.

<sup>844</sup> BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1974. p. 1-5.

<sup>845</sup> BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2003. p. A-11. A Base Administrativa incumbia-se de atividades burocráticas

QUADRO LXIV - ARMAS DA DÉCADA DE 1980<sup>874</sup>

FUZIL 7,62 M964 - FAL



FUZIL METRALHADOR 7,62 M964 - FAP



METRALHADORA 7,62 M971 MAG



METRALHADORA M9 M972 - BERETTA



CANHÃO SEM RECUO 106 MM M40A1



CANHÃO SEM RECUO 57 MM M18 A1



MORTEIRO 4.2 M30



LANÇA-CHAMAS PORTÁTIL LCT1 M1



<sup>874</sup> 1) IMBEL. Manual do Fuzil 7,62 M964-FAL/M964A1-PARAFAL. Brasília, 2015. 2) WEAPON SYSTEMS. *Site*. 3) HISTORICALFIREARMS. *Site*. 4) SALA DE ARMAS. Armas antigas usadas pelo Exército Brasileiro. *Site*. 5) FORGOTTENWEAPONS. 106 mm M40 Recoilless Rifle, history and firing. *Site*. 6) MODERNFIREARMS. M18 Recoilless Rifle. *Site*. 7) PRIMEPORTAL. M30 4.2 Inch Mortar. *Site*. 8) BRPINTEREST. M1A1 Flamethrower. *Site*.

*À exceção da maioria do Comitê Central do PCB [Partido Comunista Brasileiro], a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentaram outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc. O cruzamento destas e outras variáveis explica a proliferação de tantas siglas na esquerda naqueles anos.*<sup>929</sup>

Assim desunidas, e sem contar com o esperado e imprescindível apoio da população, as organizações guerrilheiras foram paulatinamente debeladas, o que já se percebia no início da década de 1970. Suas ações haviam ocorrido, em sua maioria, nos grandes centros urbanos, e foram basicamente as que prescrevia Carlos Marighela, fundador da ALN (Aliança Libertadora Nacional), em seu “Manual do Guerrilheiro Urbano”, ou seja, assaltos; invasões; ocupações; emboscadas; táticas de rua; greves e interrupções de trabalho; deserções, desvios, confiscos, expropriações de armas, munições e explosivos; libertação de prisioneiros; execuções; sequestros; sabotagem; terrorismo; propaganda armada; e guerra de nervos.<sup>930</sup>

Sobre terrorismo, assim pensava Marighela:

*O terrorismo é uma ação, usualmente envolvendo a colocação de uma bomba ou uma bomba de fogo de grande poder destrutivo, o qual é capaz de influir perdas irreparáveis ao inimigo. O terrorismo requer que a guerrilha urbana tenha um conhecimento teórico e prático de como fazer explosivos. O ato do terrorismo, fora a facilidade aparente na qual se pode realizar, não é diferente dos outros atos da guerrilha urbana e ações na qual o triunfo depende do plano e da determinação da organização revolucionária. É uma ação que a guerrilha urbana deve executar com técnica de terrorismo revolucionário. Outra coisa importante é o material que a guerrilha urbana pode persuadir o povo a expropriar em momentos de fome e escassez, resultados dos grandes interesses comerciais. O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar.*<sup>931</sup>

Entrementes, se desenvolvia na região do Araguaia um foco de guerrilha rural, criado por membros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), inspirado na guerra popular prolongada maoísta. Esta, concebida pelo líder chinês Mao Tsé-Tung, preconizava o combate a um inimigo superior em três fases: a primeira, defensiva, ocorreria enquanto se estivesse mais fraco que o adversário e seria marcada por ações de guerrilha destinadas a desgastar o oponente; a segunda, do equilíbrio de forças, seria caracterizada pela combinação de ações de guerrilha e convencionais; e a terceira, da contraofensiva, dar-se-ia quando se estivesse mais forte que o inimigo e seria marcada por operações convencionais empregadas em defesa ou em ataques a posições organizadas. Tudo deveria ser respaldado por uma grande mobilização de camponeses.<sup>932</sup>

---

<sup>929</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 79.

<sup>930</sup> MARIGHELA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [S. l. : s. n.], 1960.

<sup>931</sup> Ibid.

<sup>932</sup> LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 305.

De fato, a partir de 1966, o PCdoB passou a enviar militantes para a região do Araguaia (Esboço LX, p. 280). O número dos que lá estiveram chegou a 78 (60 homens e 18 mulheres), a maioria de classe média, com idade entre 20 e 28 anos. Em relação à ocupação, 31 eram universitários, seis estudantes secundaristas, quatro operários, nove políticos, e o restante médicos, advogados, engenheiros, bancários, comerciários ou professores. Mais da metade deles fora recrutada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; e 14 haviam recebido treinamento militar na China. O líder geral era Maurício Grabois. Cabe-se ressaltar que 69 deles efetivamente participaram dos combates, pois nove não estavam ou deixaram a região quando o Exército iniciou suas operações. Dentre estes, os dirigentes João Amazonas e Elza Monnerat, que se refugiaram em São Paulo. Pedro Pomar, um dos mentores da guerrilha, jamais esteve no Araguaia.<sup>933</sup>

A região do Araguaia fora escolhida porque atendia a requisitos julgados imprescindíveis para o sucesso da guerrilha:

*Em primeiro lugar, era uma área com pouca presença do Estado, uma espécie de fronteira interna, onde os conflitos sociais entre posseiros e latifundiários ou grileiros eram constantes. A polícia frequentemente agia em benefício dos grandes proprietários de terra, sendo, por isso, percebida com desconfiança por uma parcela expressiva da população local. Ao mesmo tempo, prevaleciam zonas de mata fechadas e as áreas inexploradas pela ocupação humana (em parte devido à presença de povos indígenas na região). Nesses espaços, o PCdoB calculava que teria vantagem sobre as forças oficiais ao evitar os confrontos diretos e garantir a sobrevivência dos guerrilheiros na fase inicial da luta. Por fim, situada na divisa entre três grandes estados do país – Pará, Goiás e Maranhão -, a região escolhida para a preparação dos guerrilheiros do PCdoB poderia contribuir para a eclosão de outros focos de resistência armada ao regime autoritário. O partido imaginava que estes poderiam surgir, rapidamente, no Ceará e no Piauí, espalhando-se pela região Nordeste do país, cujas características sociais se assemelhariam às encontradas no Araguaia.*<sup>934</sup>

No Araguaia, os guerrilheiros buscaram misturar-se com a população, embora logo os locais passassem a chamá-los de “paulistas” ou “povos da mata”. De acordo com suas especialidades, procuraram angariar o apoio dos habitantes (os que tinham conhecimento medicinais, por exemplo, prescreviam remédios, faziam partos e extraíam dentes). Viviam dispersos, em pequenos grupos, em castanhais, na beira de estradas e rios, entre outros locais. Plantavam arroz, inhame e mandioca e tentavam estocar suprimentos em pontos esparsos da mata (alimentos, munição, remédios, etc.). Paralelamente, com os poucos recursos que dispunham, realizavam treinamentos de combate, a exemplo de “jornadas nas florestas”.<sup>935</sup>

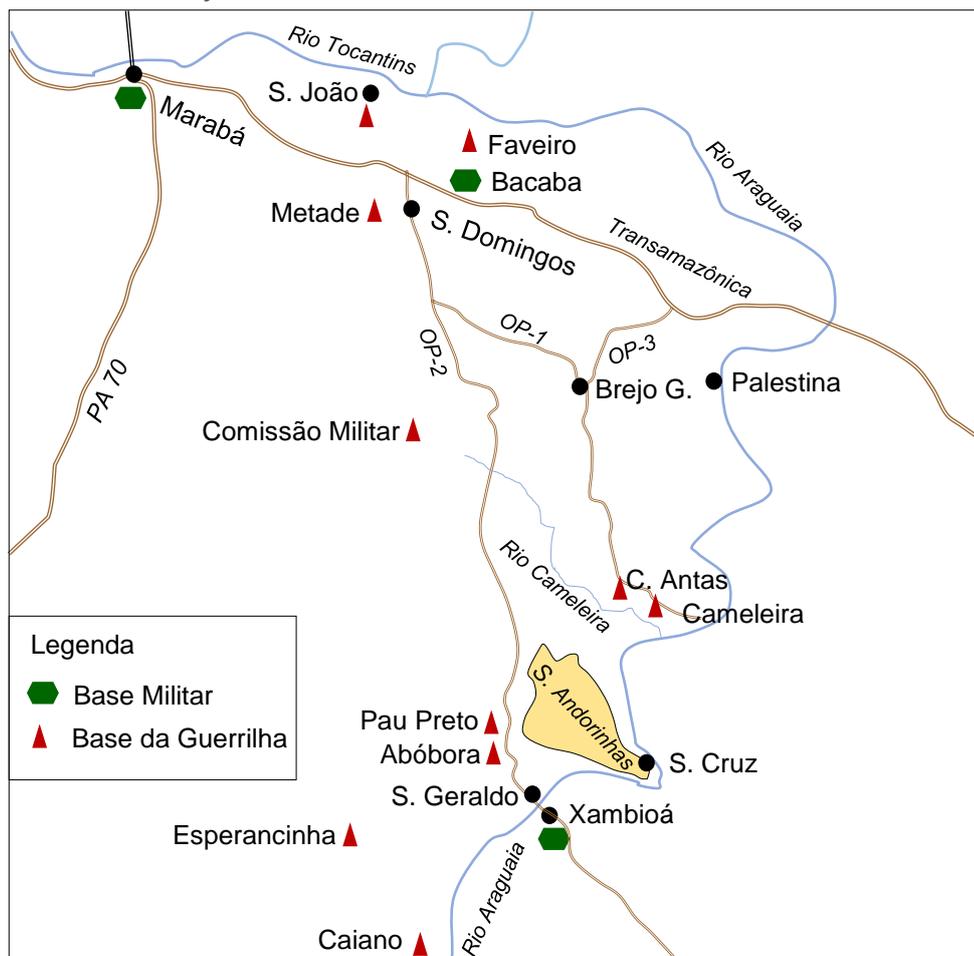
Segundo a ex-guerrilheira Tereza Cristina Albuquerque: “A gente aprendeu um pouco a atirar até por questão de sobrevivência, porque a gente tinha de comer animais da mata. Aprendemos a atirar de espingarda. E aprendemos tática de guerrilha, de como chegar aos locais sem fazer barulho, dormir na mata para saber olhar na escuridão.”

<sup>933</sup> CORRÊA, Carlos Hugo Studart. Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 1966. 619f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. p. 171-172.

<sup>934</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. p. 984.

<sup>935</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Letras, 2002. passim.

ESBOÇO LX – ÁREA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA<sup>948</sup>



As tropas federais foram aos poucos encurralando e enfraquecendo os guerrilheiros. Eram cerca de 400 homens, dentre os quais 100 da Brigada Paraquedista e 120 do CMA/8ª RM, que formaram 22 grupos de patrulha, compostos por dez indivíduos cada um. Depois de três meses de atuação, relatório apontava que haviam: reconquistado o apoio da população, destruído mais de 70% dos estoques de suprimento do inimigo, inutilizado a oficina de armas e a impressora dos guerrilheiros, levantado a maior parte das áreas de homizio, apreendido 30% do equipamento e 20% do armamento dos insurgentes, infligido 50% de perdas à Comissão Militar e aos comandos de destacamentos e de grupos, ocasionado 40% de perdas no total de combatentes do Partido e 75% de perdas nos combatentes recrutados na área. Também tinham eliminado Maurício Grabois, e, assim, alijado a guerrilha de seu comandante geral.<sup>949</sup>

Ângelo Arroyo narra um encontro de soldados e guerrilheiros, ocorrido em outubro de 1973, que exemplifica o que ocorria na selva:

<sup>948</sup> 1) CPDOC/FGV. Atlas Histórico do Brasil. Site. 2) BRASIL, CNV, 2014, p. 685. 3) PINHEIRO, Alvaro de Souza. Guerrilla in The Brazilian Amazon. **Foreign Military Studies Office**, Fort Leavenworth, KS. jul. 1995.

<sup>949</sup> BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. Relatório Especial de Informações nº 1/74. Brasília, 1974.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da arma de Infantaria, como não poderia deixar de ser, esteve relacionada à trajetória do Exército Brasileiro. As diversas transformações por que este passou deram-se em consonância com as condições gerais do País, em diversos momentos de sua história.

Sobre isso, Eurico Gaspar Dutra asseverou:

*Refletem sempre as instituições militares dos povos, numa época qualquer, mui precisamente, as aspirações de sua política, os progressos da arte e ciência da guerra, e, finalmente, o estado da sociedade, sua organização, constituição e grau de cultura ou de instrução cívico-moral da população.*<sup>963</sup>

Qualquer exame sobre o Exército Brasileiro e sua infantaria, portanto, deve partir necessariamente dessa premissa. Assim, por exemplo, não se pode exigir que as tropas de Sampaio fossem dotadas de fuzis nacionais, se naquele tempo não tinha o Brasil tecnologia, parque industrial, mão e obra especializada e recursos financeiros para desenvolvê-los e fabricá-los de maneira satisfatória.

Ao se analisar os conflitos constantes no presente estudo, verifica-se que o Exército não esteve imediatamente pronto para fazer frente a nenhum deles. Partia-se, então, para improvisações que retardaram o fim das contendas, ocasionando prejuízos financeiros, perdas humanas e muitas outras provações que poderiam ser evitadas.

Tal despreparo do Exército não foi obra da negligência de suas lideranças. Desde o início do Império, os ministros da Guerra apontavam os mais diversos e graves problemas que percebiam afligir a força sob seu comando. Porém, para saná-los, faltavam recursos financeiros, vontade política, e disposição de mudar mentalidades e práticas culturais, entre outros elementos que moldavam e decidiam o destino o País. A ideia de que a segurança do Brasil não passava por sérios perigos, por estar ele isolado na América do Sul, onde poucas nações estariam dispostas a desafiar seus interesses, não ajudava a mudar tal panorama, e levou a contratempos dramáticos, como a invasão de López e as agressões de submarinos alemães. Não se pode esquecer, no entanto, que os recursos financeiros da Nação, normalmente escassos e mal administrados, sempre foram insuficientes para atender as inúmeras necessidades, não só no campo militar, mas também em outras áreas, como a social.

A doutrina do Exército foi influenciada pela de países europeus até a II Guerra Mundial, quando, em consequência da participação da FEB nos campos de batalha da Itália, adotou-se a norte-americana. Não obstante, desde o tempo de Caxias pensava-se em estruturar uma própria, adequada as particularidades nacionais, o que, por óbices variados, somente passou a ganhar corpo nas últimas décadas do século XX.

---

<sup>963</sup> DUTRA, 1940, p. 6.